

INTRODUÇÃO À ECONOMIA E ECONOMIA POLÍTICA

Jucimar André Secchin

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS - FESO

CONSELHO DIRETOR

Antônio Luiz da Silva Laginestra
Presidente

Jorge Farah
Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva
Secretário

José Luiz da Rosa Ponte
Carlos Alberto Oliveira Ramos da Rocha
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa
Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes
Diretor Geral

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – Unifeso

Antônio Luiz da Silva Laginestra
Chanceler

Verônica Santos Albuquerque
Reitora

Roberta Montello Amaral
Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Edenise da Silva Antas
Diretora do Centro Cultural Feso Proarte

Mariana Beatriz Arcuri
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim
Diretora do Centro de Ciências e Tecnologia

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
Diretor de Educação à Distância

Michele Mendes Hiath Silva
Diretora de Planejamento

Solange Soares Diaz Horta
Diretora Administrativa

Rosane Rodrigues Costa
Diretora Geral do Hospital das Clínicas de Teresópolis Costantino Ottaviano

Roberta Franco de Moura Monteiro
Diretora do Centro Educacional Serra dos Órgãos

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Roberta Montello Amaral (Presidente)
Anderson Marques Duarte (Coordenador Editorial)
Jucimar André Secchin (Coordenador de Pesquisa)

Conselho Editorial e Deliberativo

Edenise Silva Antas
Roberta Montello Amaral
Mariana Beatriz Arcuri
Verônica dos Santos Albuquerque
Vivian Telles Paim
Jucimar André Secchin
Anderson Marques Duarte

Assistente Editorial

Matheus Moreira Nogueira

Revisor

Anderson Marques Duarte

Diagramação

Matheus Moreira Nogueira

Capa

Gerência de Comunicação e Marketing

S45 Secchin, Jucimar André.
Introdução à economia e economia política / Jucimar André Secchin. –
Teresópolis, RJ: Editora UNIFESO, c2024.
79 p. : il. color. – (Materiais didáticos)

ISBN: 978-65-87357-68-3

1. Economia. 2. Política. 3. Direito. 4. Globalização. I. Título. II. Série.

CDD 330

Sumário

| | |
|--|----|
| Prefácio | 7 |
| Introdução | 8 |
| <i>Capítulo I</i> | |
| Direito e economia - um diálogo inquietante | 9 |
| <i>Capítulo II</i> | |
| Princípios de microeconomia | 11 |
| <i>Capítulo III</i> | |
| Princípios de macroeconomia | 21 |
| <i>Capítulo IV</i> | |
| Globalização e comércio exterior | 31 |
| <i>Capítulo V</i> | |
| Governo e economia | 40 |
| <i>Capítulo VI</i> | |
| Do mercantilismo ao liberalismo | 49 |
| <i>Capítulo VII</i> | |
| A economia capitalista e a economia socialista | 60 |
| <i>Capítulo VIII</i> | |
| Neoliberalismo e globalização no brasil | 68 |
| <i>Capítulo IX</i> | |
| Política, economia e direito | 75 |
| Posfácio | 79 |

Dedico esta obra aos meus alunos da graduação em Direito do Unifeso – entre eles minha filha, Maria Thereza – recentemente classificado ao final do ciclo Enade/2022 como o 4º melhor curso do Estado do Rio de Janeiro, por sua intensa participação, oferecendo-me feedbacks e reflexões que serviram para o aprimoramento deste projeto, que certamente não seria o mesmo sem as questões que eles levantaram e às quais tive que propor, se não respostas, pelo menos caminhos de investigação.

*Agradeço primeiramente a Deus,
meu guia e protetor ao longo de minha trajetória de vida e profissional.*

Agradeço à FESO e ao Unifeso, respectivamente nas pessoas do Prof^o. Luis Eduardo Possidente Tostes, Diretor Geral da FESO; Prof^a. Verônica Santos Albuquerque, reitora do Unifeso e Prof^a. Vivian Telles Paim, diretora acadêmica de Ciências Humanas e de Tecnologias.

À minha ex-diretora de Educação à Distância, Prof^a. Edenise da Silva Antas, ao meu ex-coordenador de Educação à Distância, Prof^o. Paulo Sérgio da Silva, e à Cynthia Santos de Oliveira, nossa coordenadora de Tecnologia.

Ao nosso editor-coordenador, Anderson Duarte, pela orientação e revisão, ao designer Matheus Nogueira pela diagramação e ao designer Pablo Martins pela arte e criação de capa e a equipe da Gecom pelas revisões e apoio.

Às minhas colegas professoras Valéria Brites e Telma Freitas, amigas e cooperadoras de longa data e de outras publicações que fizemos juntos.

Ao meu coordenador no curso de Direito, Prof^o. Lucas Baffi, pela confiança e apoio desde o início desta jornada, orientando-me na lida com os estudantes, um público inédito para mim até então.

Finalmente, agradeço de forma especial à amiga, professora e grande incentivadora deste projeto, minha diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Prof^a. Roberta Montello Amaral, por toda a ajuda e colaboração na preparação deste livro, seja orientando, contribuindo com conteúdos, ou mesmo revisando ideias que desenvolvi ao longo do trabalho.

Prefácio

Falar de economia não é tarefa fácil. Falar de economia para o leigo, então, é tarefa hercúlea. Ao receber o convite para lecionar a disciplina Introdução à Economia e Economia Política o Prof. Jucimar Secchin abraçou esta tarefa tal qual aprendeu enquanto mestrandando, quando foi meu orientado e aluno dos professores de macroeconomia Dr. José Cláudio Ferreira da Silva (*in memoriam*) e de microeconomia Dr. Gilberto Gama Salgado.

Após aceitar a missão de introduzir os conceitos de economia para os estudantes de Direito do Unifeso, ainda em plena pandemia de COVID-19, foi capaz de resumir em 9 grandes assuntos todos os principais fundamentos de macro e microeconomia que precisam ser apresentados aos nossos futuros advogados. Não foi à toa que tal conteúdo fez parte daquele estudado pelo grupo que obteve, até agora, o melhor desempenho do curso de Direito no Unifeso, que alcançou a 4ª colocação no Estado do Rio de Janeiro no Enade realizado em 2022.

Partindo das bases que fundamentam a economia, o material didático aborda com maestria todo o processo histórico de construção dos conceitos de mercantilismo, liberalismo, socialismo, neoliberalismo e globalização, sempre com foco na ciência do Direito e na realidade do Brasil. Assim, trata-se de um conteúdo indispensável àqueles que desejam iniciar uma jornada no mundo dos fundamentos que sustentam as teorias que explicam e explicitam o caminho da humanidade no sentido de gerar riqueza e maximizar o bem-estar social.

Depois de preparado um material tão rico, deixá-lo restrito às notas de aula dos alunos que passaram pelos bancos escolares do Unifeso seria desperdício de tempo e recursos. Assim, visando dar a oportunidade de que outros interessados no assunto possam expandir seu conhecimento e promover a difusão do conhecimento acumulado em mais de 30 anos de magistério, o Prof. Secchin adaptou o material didático para o formato de e-book, que agora é lançado pela Editora Unifeso, para aumentar exponencialmente seu alcance. Entendendo que a missão de um professor ultrapassa as paredes da sala de aula, tal projeto foi abraça-

do e apoiado com todos os recursos à disposição dos corpos docente e discente do Unifeso.

Não foi fácil! No meio do caminho perdemos a nossa querida Laís da Silva de Oliveira (*in memoriam*), responsável pela diagramação das publicações da IES até julho de 2023. Mas ganhamos o talentoso Matheus Moreira Nogueira que, junto com nosso editor e revisor Anderson Marques Duarte, materializou o sonho do prof. Secchin.

Então, hoje, é com muito orgulho que redijo o prefácio da obra que, na verdade, ajudei a escrever quando, no ano de 2009, plantei uma sementinha e apresentei ao então mestrandando, administrador Jucimar André Secchin, o mundo acadêmico e a necessidade de dividir com a população em geral todo o seu conhecimento acumulado com uma linguagem que qualquer pessoa, com ou sem conhecimento prévio sobre o assunto, fosse capaz de compreender. Assim nasceu essa obra que, mais do que um livro, é um passo significativo na missão abraçada pelo autor: educar, inspirar e informar fundamentos de economia ao maior número possível de pessoas. E o formato de e-book, mais adaptado às demandas do mundo do século XXI, tem o potencial de ultrapassar a atual geração de advogados, permitindo que o legado do prof. Jucimar Secchin seja maximizado e, quem sabe, imortalizado.

Prof^a. Dr^a. Roberta Montello Amaral
Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
 – Unifeso

ABRIL DE 2024

Introdução

A Economia vem sendo uma das ciências sociais aplicadas mais abrangentes e participativas no mundo nos últimos dois séculos. A partir de algumas de suas definições, já podemos perceber sua importância e relevância no cotidiano da população:

Economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida.

Ou ainda, Economia é a ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora se prestem a usos alternativos, são escassos ou limitados.

No Teoria Econômica temos como objeto de estudo a organização de políticas que articulem a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, com a finalidade de minimizar os problemas e maximizar os benefícios em favor da qualidade de vida da sociedade.

As ciências econômicas ajudam na tomada de decisões, além de escolher as formas de maximizar os benefícios em função da escassez de recursos, que é tudo aquilo que é utilizado para gerar bem-estar aos agentes econômicos.

As ciências econômicas estão sempre analisando os principais problemas econômicos: o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir.

A economia é, geralmente, dividida em dois grandes ramos: a microeconomia, que estuda os comportamentos individuais; e a macroeconomia, que estuda o resultado agregado dos vários comportamentos individuais.

A economia política exerce uma grande influência tanto na evolução das doutrinas jurídicas e na formulação de políticas públicas, examinando as interações entre economia, política e direito. Disso resulta a percepção sobre como as decisões econômicas são influenciadas por estruturas legais e ainda sobre como as políticas públicas são definidas também por considerações de ordem econômica.

Leis que regulamentam questões econômicas como tributação, relações de mercado, propriedade intelectual e comércio internacional são fundamentais para o funcionamento dos sistemas econômicos, e a economia política permite entender como essas leis são formuladas, implementadas e influenciam os comportamentos econômicos.

Da mesma forma, o direito desempenha um papel relevante na forma de distribuição de recursos nas sociedades, e a economia política analisa como essa distribuição é impactada pela legislação referente à propriedade, contratos, direito do trabalho, etc. Assim, a economia política também examina questões de justiça social e equidade econômica, investigando como a legislação e as políticas públicas afetam a distribuição de renda, bem como o acesso a recursos e oportunidades.

Considerando que o direito exerce, entre outras, a função de regular mercados para garantir a concorrência, proteger os consumidores e evitar práticas desleais, a economia política então analisa as leis antitruste, de defesa do consumidor e regulatórias em sua formulação e aplicação em prol de um funcionamento justo e ao mesmo tempo eficiente do mercado, estudando também como políticas legais, tais como proteção dos direitos de propriedade, regulações ambientais e incentivos fiscais contribuem para o desenvolvimento dos países.

Estes são, enfim, o objeto e escopo da disciplina Introdução à Economia e Economia Política no curso de graduação em Direito do Unifeso, cujas aulas estão agora reunidas neste volume, à disposição de nossos estudantes, professores e demais interessados pelo tema.

*Prof.º Me. Jucimar André Secchin
Coordenador de Pós Graduação e de Pesquisa
e Professor nos cursos de Administração, Ciências
Contábeis e Direito – Unifeso*

ABRIL DE 2024

DIREITO E ECONOMIA: UM DIÁLOGO INQUIETANTE



Organização dos Estudos

Olá, estudante!

Seja bem-vindo à disciplina Introdução à Economia e Economia Política! Ao longo deste semestre estudaremos as relações entre o Direito e a Economia, buscando amparo teórico e conceitual em diferentes correntes do pensamento econômico.

Uma excelente forma de se preparar para as duas aulas iniciais é assistir ao vídeo indicado na seção *Reflexões*, e ler o artigo da seção *Pausa para Leitura*.

Objetivos de Aprendizagem

Os objetivos de aprendizagem desta aula são os seguintes:

1. Conhecer o programa, o planejamento e as estratégias pedagógicas da disciplina Introdução à Economia e Economia Política.
2. Debater as relações entre o Direito e a Economia, a partir das contribuições de diferentes correntes do pensamento econômico.

Contextualização

Não é de hoje que a economia passou a ser enfatizada nas explicações intelectuais da vida social. Por trás disso, existe um entendimento de que a racionalidade econômica orienta as ações das pessoas. Na mesma linha de raciocínio, poderíamos reivindicar um lugar de destaque para o direito, pois, para usarmos a expressão de alguns juristas, estamos diante de um processo de *judicialização* da vida na contemporaneidade. Qual é o grau de autonomia, de dependência e de interdependência entre as diferentes esferas da vida social?

Para tornar um pouco mais complexa a equação, podemos afirmar que o fenômeno da globalização expandiu a atuação dos agentes econômicos para além das fronteiras nacionais e, desta forma, a interdependência econômica desafia as ações dos governos locais na implementação de políticas públicas. Será que a política possui autonomia diante da economia? E como fica o papel do direito diante de uma economia

crescentemente internacionalizada? Como situar a sociedade brasileira neste debate, considerando que, entre nós, existe uma certa dificuldade de separação entre o público e o privado?

Enfim

As questões acima não são triviais e nem fáceis de serem equacionadas, mas servem para provocarmos um bom diálogo inicial, concorda? Então, vamos lá

As grandes questões da nossa época histórica requerem um diálogo fecundo entre as diferentes áreas do conhecimento. Não se trata de tarefa simples, pois conhecimento também é poder e a colonização da explicação da vida social por uma determinada área do saber humano tem sido uma constante em muitos modelos teóricos. Será que é possível fazer o Direito e a Economia dialogarem? É um tema que será bastante explorado nas aulas iniciais da disciplina.

Vamos caminhar juntos?

Reflexões



Qual a relação entre direito e economia?, com o professor Franco Maziero (www.escavador.com/sobre/2913924/franco-giovanni-mattedi-maziero).



Pausa para a leitura!

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mitswgxTXpRIIRNsfJTN3wtym/?lang=pt#>

Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek, do professor Osmir Dombrowski (<https://orcid.org/0000-0002-7043-1880>).

PRINCÍPIOS DE MICROECONOMIA



Objetivos de Aprendizagem

Definir alguns dos principais conceitos da microeconomia, mostrando os alcances e os limites de cada um deles.

Aplicar conceitos de microeconomia para a compreensão da vida social em sua complexidade.

Organização dos Estudos

Olá, estudante!

Nesta aula você começará a estudar os conceitos básicos de economia. Vamos começar pela microeconomia, que está bastante ligada ao seu dia a dia. Minha intenção é garantir que você, ao ler um jornal, escutar um debate ou ver um programa sobre economia, entenda os assuntos em questão. E, a partir dos conceitos apresentados, possa entender também os motivos que explicam o comportamento das empresas com as quais você tem que lidar todos os dias (seja como consumidor, como colaborador ou como concorrente). Nesta aula falaremos sobre os conceitos básicos de microeconomia e o que explica o comportamento do consumidor, do mercado e das firmas.

Depois de uma leitura cuidadosa da aula, você deverá realizar as atividades propostas, para verificar seus conhecimentos sobre os conteúdos abordados.

Bons estudos!

Contextualização

Para começo de conversa, assista ao vídeo *Economia Animada: macro e micro?*, disponível no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=y4rJoH9dmfI&t=5s>

E então, você já consegue fazer distinções entre a microeconomia e a macroeconomia?

É bem provável que, em algum momento da sua vida,

ao se deparar com alguma notícia sobre economia, você tenha tido a impressão que o repórter só repetia: “blá, blá, blá”, como se fosse um idioma desconhecido. Ou então, você teve a sensação de que as pessoas que discutem sobre economia sabem mais do que você.

A disciplina Introdução à Economia e Economia Política tem o objetivo de fazê-lo compreender os princípios fundamentais de economia, tornando-se capaz de interpretar as notícias do cotidiano, tomar melhores decisões de cunho individual e familiar, e melhor compreender e mesmo influenciar as decisões estratégicas de instituições e empresas às quais esteja vinculado.

Venha nessa jornada e descubra um novo mundo! Vamos caminhar juntos?

1. Teoria do Consumidor

A *microeconomia* está interessada em estudar o comportamento de dois grupos específicos: os indivíduos (ou famílias) e as empresas (também chamadas de firmas) com o objetivo de entender como são gerados os preços referentes a bens, serviços e fatores envolvidos no processo de produção. Este estudo é necessário porque os recursos utilizados em qualquer processo de produção são finitos; então é necessário que eu, você e as empresas estejamos sempre diante de escolhas, de modo a garantir a melhor utilização dos recursos, que, um dia, poderão se esgotar.

Para entender o comportamento de todos os envolvidos é necessário estabelecer algumas hipóteses e suposições. As principais suposições da teoria microeconômica são que os indivíduos sempre buscam maximizar sua satisfação pessoal, e as empresas desejam maximizar seus lucros. Mas ambos precisam lidar com suas restrições: pessoas não podem gastar mais do que o total da sua renda, e as firmas precisam ficar atentas aos seus orçamentos.

Isto serve de base para o estabelecimento de modelos, que nada mais são do que simplificações de uma realidade complexa. E, na microeconomia, os modelos são essencialmente dedutivos, uma vez que, na grande maioria das vezes, trata-se de situações que não podem ser observadas (não é possível estudar a microeconomia em um laboratório, como é o caso da biologia, por exemplo). Normalmente não é pos-

sível que se faça uma observação de tudo, apenas de parte do todo. Deste modo, quando se descreve um certo comportamento em que o foco é apenas parte do todo, usa-se a expressão em latim *coeteris paribus*, cuja tradução é “tudo o mais constante”. Ou seja, num texto econômico, toda vez que você ler esta expressão, isto quer dizer que as conclusões encontradas só valem se variar apenas o que está em estudo, ficando todo o resto do cenário inalterado.

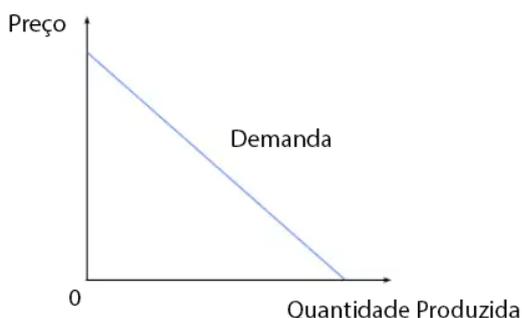
Uma das principais relações econômicas, e que serve de base para explicar os conceitos de microeconomia, é a curva de demanda. Esta nada mais é do que a relação explícita entre a quantidade (Q) que se deseja comprar, dado o preço (P) de um produto (pode ser um bem ou um serviço), *coeteris paribus* (ou seja, desde que os preços dos outros bens e a sua renda permaneçam constantes). Assim, diz-se que:

$$Q = f(P)$$

É normal esperar que, quanto maior o preço, menos quantidade você vai querer de certo produto, ou seja, quanto mais caro, menor vai ser a sua disposição para comprar certo produto. Assim, espera-se que Q seja negativamente relacionada a P. Por isso, em muitos casos adota-se a função matemática afim negativamente inclinada para representar a curva de demanda:

$$Q = a - bP$$

Graficamente, temos a seguinte representação:

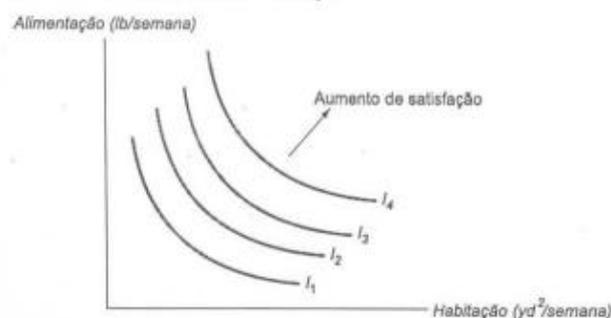


Mas o que explica este formato? Por que queremos mais quanto menor for o preço? Conforme indicamos, o que move os indivíduos é a necessidade de maximizar sua satisfação. A satisfação das pessoas é dada pelo que, em economia, chamamos de *utilidade*.

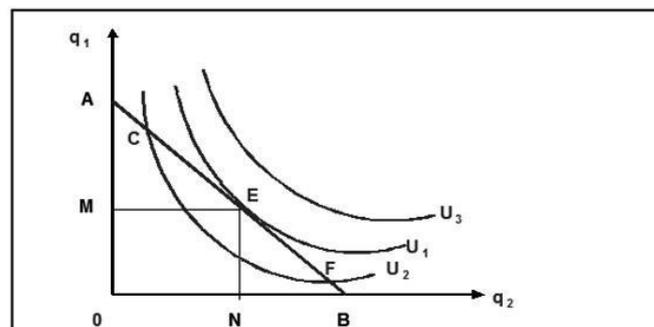
A teoria da utilidade parte do princípio de que o consumo traz prazer, e que este pode ser medido pelo seu valor total (satisfação que o conjunto do consumo de todas as unidades demandadas gera) ou pelo seu va-

lor individual, chamado *utilidade marginal* (satisfação que a próxima unidade demandada adiciona ao valor da utilidade total). Para entender este conceito, imagine que você fez exercícios na academia, em um dia de muito calor. Ao final dos exercícios você tem muita sede, o suficiente para beber até cinco copos de água. Mas será que todos esses copos são imprescindíveis? Será que o primeiro copo traz a mesma satisfação que o último? O mais natural é que a resposta para ambas as perguntas seja “não”: o primeiro copo (pelo menos para mim) é *muito* superior ao segundo e assim por diante. O quinto copo já é um exagero, não acha? É por isso que é natural pensarmos que a utilidade é decrescente. Por isso diz-se que existe a *lei da utilidade marginal decrescente*.

PARTE DE UM MAPA DE INDIFERENÇA



Mas essa lei ainda não diz nada a respeito do consumo dos outros bens. Como será que a microeconomia explica qual a quantidade escolhe-se de cada produto? Para responder a esta pergunta é necessário estudar a *teoria da escolha*. Por esta teoria, a escolha é baseada no mapa de indiferença, associado à sua restrição orçamentária. O mapa de indiferenças é um conjunto de curvas (cada uma é chamada de curva de indiferença) em que cada uma delas indica as combinações de quantidades de cada bem que geram o mesmo prazer, a mesma satisfação. Normalmente, quanto mais para cima e mais para a direita você estiver, maior a sua satisfação.



Para explicar o ponto escolhido pelo consumidor basta juntar este mapa à sua restrição imposta pela renda (já que os recursos são finitos, certo?). A melhor escolha será aquela em que a restrição orçamentária tangenciar uma curva de indiferença (ponto E da figura ao lado). Isso é verdade porque o ponto de tangência garante que você esteja na curva que fornece a maior utilidade disponível (já que não será possível, com a sua renda, escolher uma curva com utilidade mais à direita ou acima da tangente).

Vale a pena lembrar que, se alguma coisa mudar (Você pode receber um aumento! Parabéns!), o ponto de tangência também muda e, portanto, suas escolhas se alteram. A partir da associação deste mapa de indiferença com os preços e a restrição, é possível encontrar a curva de demanda de cada pessoa. E, para encontrar a demanda de mercado, basta somar as quantidades demandadas (em cada nível de preços) de todos os indivíduos. A ideia é simples, mas é um cálculo extremamente complexo. Então deixemos essa tarefa árdua para os nossos amigos economistas.

Para que esta teoria seja válida, é indispensável que duas curvas de indiferença jamais se cruzem. Além disso, é necessário conhecer mais um último conceito de extrema importância: a *taxa marginal de substituição* (TMS). A TMS é o que estou disposto a abandonar de uma mercadoria em troca de outra mercadoria. É ela que dá o formato da curva de indiferença e explica o motivo pelo qual diferentes pessoas têm diferentes preferências.

2. Mercado

Para entender o mercado, primeiro precisamos estudar os diferentes tipos de bens. Inicialmente, os bens podem ser classificados como:

- Substitutos: um pode ser trocado pelo outro com nenhuma ou pouca perda de satisfação (p. ex.: refrigerante e suco).
- Concorrentes: caso contrário.

No caso dos bens concorrentes, temos ainda outra categoria:

- Complementares: um bem normalmente é consumido em conjunto com o outro (p. ex.: cigarro e isqueiro).

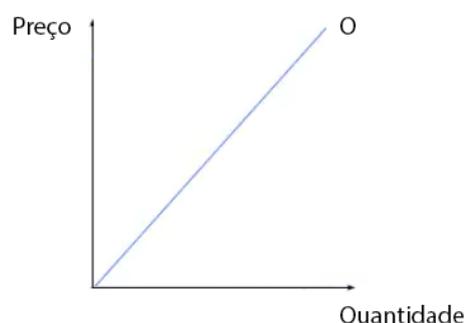
- Não complementares: caso contrário.

Independentemente das categorias anteriores, os bens também podem ser divididos em:

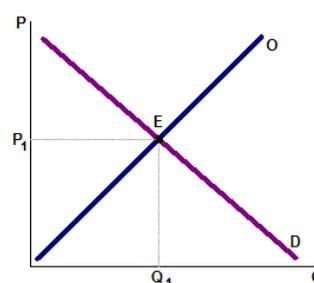
- Normais: quando a renda cresce, a quantidade desejada do bem aumenta.
- Inferiores: caso contrário (p. ex.: carne de segunda, mas isso depende do gosto pessoal.).

O que vai determinar a categoria e a curva de demanda resultante desta classificação é o gosto individual do consumidor.

Complementando a demanda, temos a curva de oferta. Ela representa a quantidade que o produtor deseja vender a cada preço possível de ser praticado. Não é difícil de se imaginar que a forma funcional seja parecida com a demanda, mas com uma diferença: é uma função positivamente inclinada:



Mas uma não vive sem a outra. Demanda e oferta só fazem sentido quando pensamos no mercado, quando existem juntas. Neste caso, o equilíbrio acontece onde uma encontra a outra, onde ambas se cruzam:



Mas, como já se disse, *coeteris paribus*! Se alguma coisa mudar, pode haver o deslocamento de uma das curvas (ou de ambas) e, neste caso, o equilíbrio também muda (será no novo ponto onde as novas curvas de demanda e de oferta se encontram). Você pode estar se perguntando: “Como a quantidade demandada de um certo produto responde a aumento de preços? E como responde a aumentos na renda? E como responde ao aumento de outros bens?”. A estes cálculos

damos os nomes de *elasticidade-preço da demanda*, *elasticidade-renda* e *elasticidade-preço cruzada*, respectivamente.

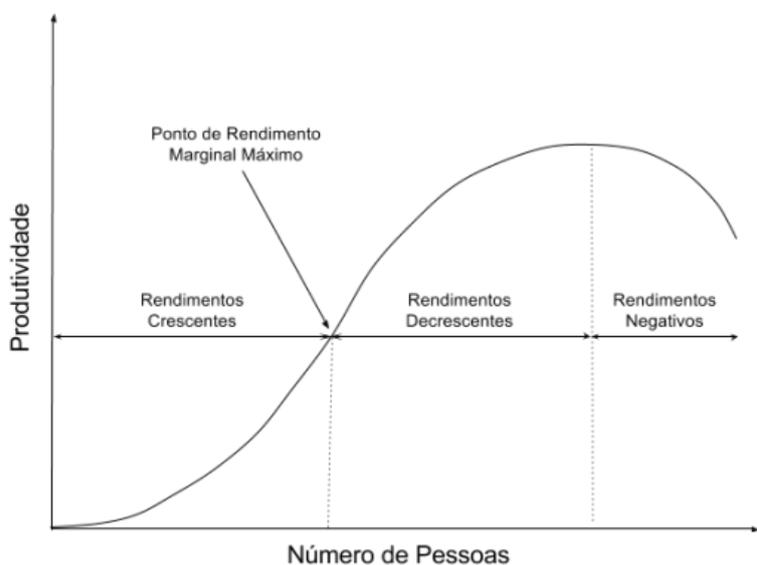
Estes mesmos conceitos existem para a curva de oferta, sendo relativamente comum o estudo da elasticidade-preço da oferta para entender ou antecipar como o equilíbrio muda, dadas mudanças no cenário econômico.

3. Teoria da Firma

Em economia, estudam-se as firmas para entender o seu comportamento diante da necessidade de se considerar, na produção, os custos dos fatores de produção. Os fatores de produção são os bens ou serviços que podem ser transformados em produtos oferecidos ao mercado. O primeiro conceito ligado à teoria da firma é o da *função de produção*.

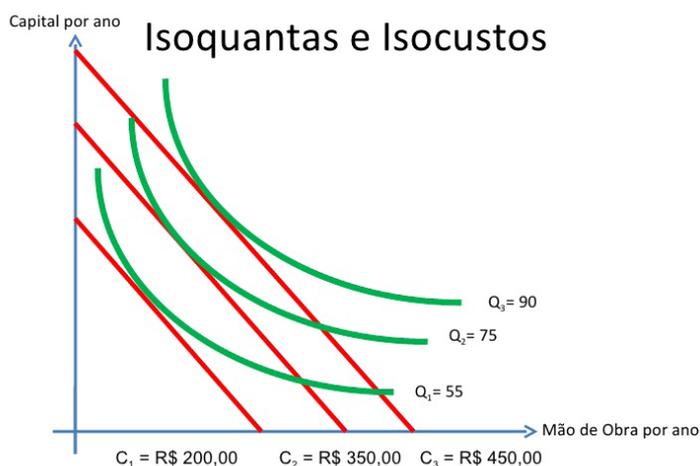
A função de produção é a quantidade que se obtém de determinado produto em função da quantidade usada dos fatores de produção, partindo-se da premissa de que os empresários utilizam esses fatores do modo mais eficiente possível. Essa escolha, de modo simplificado, pode ser feita em curto ou longo prazo. O que diferencia um do outro é que, no primeiro, alguns fatores são fixos, enquanto no segundo todos os fatores são variáveis.

Esta função baseia-se na *lei dos rendimentos decrescentes*. Segundo esta lei, quando se varia apenas um dos fatores de produção, a produção irá crescer a taxas crescentes somente até um certo ponto. A partir de então, passa a crescer a taxas decrescentes. Desta forma, a função tem o seguinte desenho:



A teoria da firma é bem parecida com a teoria do consumidor. É possível fazer um mapa de indiferença para a produção. Neste caso, apresentam-se as curvas onde as diferentes combinações dos fatores de produção resultam numa mesma quantidade produzida (chamadas *isoquantas*). Elas também nunca se cruzam, e são convexas com relação à origem.

A restrição da produção é dada pelas curvas de *isocusto*. Juntando-se as duas curvas temos o equilíbrio pela tangência da isocusto com as isoquantas:



Encontrar o equilíbrio da firma é um problema de otimização: ou maximiza-se a produção dado um custo total, ou minimiza-se o custo dado um nível de produção.

4. Estruturas de Mercado

Se você observar as condições de oferta de um determinado mercado, perceberá que existem dois extremos:

- aquele onde existe apenas um vendedor;
- aquele onde existem incontáveis vendedores.

A estas situações dão-se os nomes de *monopólio* e *concorrência perfeita*, respectivamente.

Assim, o monopólio é a circunstância na qual um único vendedor fixa o preço que deseja praticar. Neste caso, a oferta da firma e a oferta de mercado se confundem, são a mesma coisa. Isso acontece porque não existem substitutos para o que se produz. Este cenário normalmente desaparece a longo prazo e, a curto e médio prazos, só se mantém se a empresa monopolista conseguir impedir a entrada de concorrentes (criar

barreiras à entrada de outros produtores). Esta é a estrutura de mercado que, geralmente, fornece o maior lucro às firmas.

Sobre a sobrevivência do monopólio a longo prazo, vale a pena conhecer a opinião dos economistas de pensamento mais liberal, como Milton Friedman:

Reflexões



Milton Friedman – Monopólio. Canal Livre. (Entrevista, 4'17"). Breve entrevista com o norte-americano Milton Friedman, um dos mais famosos economistas do século XX e ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1976.

A concorrência perfeita traduz a existência de muitos vendedores, de modo que nenhum deles tem influência significativa no preço. Isso acontece porque existe livre mobilidade (a entrada e saída de empresas não tem barreiras) e porque seus produtos são homogêneos, além de haver transparência (vendedores e compradores têm informações iguais sobre preços). Neste cenário, a prazo os lucros são suficientes para remunerar o capital e o risco do empresário (chamado de *lucro normal*).

Quando existe concorrência perfeita é bem provável que se alcance um equilíbrio conhecido como *Eficiência de Pareto* (EP). A EP acontece naqueles casos em que não é possível melhorar a satisfação de algum agente (empresa ou indivíduo) sem piorar a condição de outro agente. É importante destacar que nem sempre é possível alcançar a EP. No caso de bens públicos, por exemplo, como ninguém irá se interessar em investir neles (pois existe o *efeito carona*, você sempre irá esperar outra pessoa fazer o investimento para que você possa só usufruir do produto ou serviço sem incorrer em custos), a existência de um mercado não garante que se tenha eficiência.

Mas será que essas são as únicas opções de estrutura de mercado que existem?

Considerando-se a existência de mercados transparentes (onde todos os agentes possuem informação perfeita) e que os agentes envolvidos procuram maximizar seus lucros, podemos encontrar outras opções:

- oligopólio: quando existem poucos vendedores e os produtos possuem substitutos próximos;
- concorrência imperfeita (ou concorrência monopolística): quando há muitos vendedores, mas é possível haver diferenciação entre eles (por exemplo, uma padaria que fabrica pães artesanais pode atrair mais público do que uma padaria convencional, apesar de existirem diversas padarias disponíveis para a comercialização de pão).

Olhando-se os mercados, uma situação bastante interessante e comum de se encontrar é a existência de cartéis. Um cartel caracteriza-se por oligopolistas que se unem com o intuito de maximizar o lucro conjunto. Assim, normalmente combinam a cobrança de um mesmo preço, ou a fatia de mercado pela qual cada um ficará responsável.

Mas as estruturas de mercado também podem ser classificadas conforme as condições de demanda:

- monopsônio: quando existe apenas um comprador;
- oligopsônio: quando existem poucos compradores.

Quando não se observa concorrência perfeita, é normal encontrarmos condições de ineficiência.

No monopólio, por exemplo, existe ineficiência alocativa (porque o preço é superior ao que seria praticado com concorrência), produtiva (devido aos lucros elevados existe baixo esforço gerencial para se produzir do modo mais eficiente possível) e dinâmica (porque não há incentivo à inovação devido à ausência de concorrentes).

5. Regulação de Mercado

Como seria de se esperar, normalmente as condições de mercado não são aquelas dos extremos. Assim, na maioria das vezes, a estrutura de mercado com a qual nos deparamos é a de concorrência imperfeita. Neste caso, é comum as pessoas imaginarem que, para levar a economia para uma situação de maior

eficiência, existe a necessidade de interferência governamental.

A interferência governamental normalmente ocorre com a elaboração de leis que estabelecem os direitos de propriedade que precisam ser respeitados nos contratos.

Os direitos podem ser classificados em três categorias: direito de uso, direito de exploração e direito de alienação. Quando as três categorias pertencem ao mesmo agente, diz-se que este agente possui direito de propriedade plena.

Quanto maiores as garantias de manutenção dos direitos estabelecidos pelos governos, maior tende a ser o valor dos ativos, pois menor será a incerteza futura acerca do cumprimento dos contratos.

Além da interferência a partir da aprovação de leis e da garantia de seu cumprimento, o governo também pode exercer influência sobre os mercados através da regulação. A regulação normalmente é uma forma de corrigir falhas de mercado.

A regulação pode interferir na eficiência alocativa dos mercados e pode ser de dois tipos: comando e controle ou incentivos financeiros.

Os governos normalmente também exercem controle sobre os bens públicos. Os bens públicos são aqueles em que o seu uso por um agente não afeta o consumo dos outros agentes. Por exemplo, caso seja instalado um poste de luz numa rua, o fato de um pedestre usar a luminosidade para não cair não impede que outros façam a mesma coisa.

Por causa do “efeito carona”, na tentativa de esperar que outros o façam, dificilmente um agente privado se interessa em investir em bens públicos. Assim, estes bens acabam sendo ofertados pelo Estado ou o Estado contrata uma empresa para fazer este serviço. Neste caso, podemos acabar diante da geração do chamado “monopólio natural”, que acontece quando a empresa escolhida pelo Estado recebe uma concessão estatal e, para oferecer o produto proposto, cobra dos usuários uma tarifa que seja capaz de cobrir pelo menos parte dos serviços prestados.

A regulação dos mercados também é necessária diante da presença de externalidades. Você sabe o que são externalidades? Sobre o assunto, vamos conhecer a visão do professor Sérgio Almeida.

Reflexões



Economia – Aula 2 – Externalidades. Universidade Virtual de São Paulo - UNIVESP. (Aula, 17'03”). Aula com o professor Sérgio Almeida, discutindo o conceito econômico de externalidades.

Quando assistir ao vídeo, procure refletir se o mercado é capaz de organizar a sociedade. Existe um equilíbrio possível entre o valor privado e o valor social?

Destaca-se que as externalidades negativas normalmente são mais encontradas e, na maioria das vezes, são de difícil correção e geram impactos no ambiente. Por estas características é bastante comum a cobrança de impostos como uma forma de compensação pelos problemas gerados.

Para controlar as externalidades negativas, quando algum empreendimento pode impactar o ambiente, normalmente as agências reguladoras exigem estudos e relatórios de impacto ambiental e a obtenção de licenças de funcionamento para que determinado projeto seja aprovado e autorizado a começar.

Após o início da operação fiscaliza-se a emissão de poluentes e cobra-se algum valor que contrabalançe a externalidade gerada. Um exemplo de cobrança compensatória que acontece no Brasil é a cobrança de *royalties* de petróleo.

Para concluir, vamos explorar um pouco mais o assunto *royalties* de petróleo, amplamente discutido na política, especialmente pelo fato de que a produção de petróleo no nosso país está concentrada em algumas regiões específicas e envolve diretamente os critérios de distribuição de recursos financeiros entre os estados da federação.

Enfim

A teoria econômica lida com as escolhas individuais, mas, ao mesmo tempo, não tem como se distanciar das questões sociais. Como as decisões individuais afetam a coletividade? Qual é o grau aceitável de ingerência da política na economia?

Até aqui vimos alguns conceitos teóricos da microeconomia; na próxima aula lidaremos com os conceitos teóricos da macroeconomia.

Como você deve ter notado, a economia possui subdivisões, assim como dialoga com outras áreas do conhecimento, pois o agir humano não é guiado exclusivamente pela racionalidade econômica.

Referências Recomendadas

DORNBUSCH, R.; FISHER, S.; STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. Rio de Janeiro: MacGraw-Hill, 2009.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TUNETO JR., R. (organizadores). *Manual de Economia*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 21ª ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

SINGER, P. *Aprender Economia*. São Paulo: Contexto, 2010.

VARIAN, H. R. *et al. Microeconomia, princípios básicos: uma abordagem moderna*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia: micro e macro*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WESSELS, W. J. *Economia*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Atividades

1. Em 08/06/20 o site Notícias Agrícolas publicou uma reportagem sobre os preços do tomate em 2020:

Tomate: Maturação controla oferta nos atacados e preço sobe

Nesta primeira semana de junho (1º a 05/06), o preço do tomate salada longa vida 3A teve alta nas centrais atacadistas acompanhadas pelo Hortifruti/Cepea. A caixa de 18-20 kg foi comercializada em média a R\$49,87 (+52,95%) na Ceagesp, R\$50,78 (+23,19%) no Rio de Janeiro (RJ), R\$46,67 (+48,48%) em Belo Horizonte (MG) e R\$57,50 (+51,62%) em Campinas (SP). O aumento é atribuído ao menor volume no mercado, pois as baixas temperaturas controlaram a maturação do tomate e limitaram a colheita. Para a próxima semana pode haver aumento da oferta, já que é esperado que as temperaturas subam nas regiões produtoras. Se confirmado, deve haver queda nos preços.

Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/hortifruti/261017-tomate-maturacao-controla-oferta-nos-atacados-e-preco-sobe.html#.Xt6rY0VKjIU>

Pensando na sua própria experiência de vida, o que você costuma fazer quando o preço de um alimento sobe muito mais do que os outros?

2. Em 10/05/18 o site IstoÉ publicou uma reportagem sobre a inflação de janeiro de 2018:

Azul: demanda total cresce 17,2% em abril; oferta sobe 17,6%

A demanda total por voos da Azul cresceu 17,2% em abril ante igual mês do ano passado, enquanto a oferta avançou 17,6%. A taxa de ocupação, por sua vez, recuou 0,3 ponto porcentual (p.p.) em abril para 81,4%. No mercado doméstico, a demanda registrou crescimento de 6,7% em abril ante um ano, com a oferta 7% maior. Assim, a taxa de ocupação ficou em 79,5%, recuo de 0,3 p.p. ante um ano antes. Já no mercado internacional, a demanda subiu 60,5% em abril, enquanto a oferta avançou 67,3%. A taxa de ocupação nos voos internacionais da Azul cedeu 3,7 p.p.

Disponível em: <https://istoe.com.br/azul-demanda-total-cresce-172-em-abril-oferta-sobe-176/>

Depois do que você estudou nessa unidade, você consegue identificar quais são os serviços substitutos para o mercado de aviação?

3. O que significa a expressão *coeteris paribus*?

- Estado atual.
- Tudo o mais constante.
- Entre muitos, um.
- No lugar.
- Sem a qual, não.

4. Qual das duplas a seguir apresenta bens complementares?

- Água e suco.
- Feijão e lentilha.
- Margarina e manteiga.
- Pão e biscoito.
- Pão e manteiga.

5. Numa família formada por quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), um dos responsáveis recebeu um aumento de R\$1.500,00 em seu salário. A primeira medida que tomaram foi deixar de consumir frango e passar a consumir carne vermelha. Nesta situação, pode-se classificar o frango como:

- bem inferior.
- bem de luxo.
- bem superior.
- bem substituto.
- bem normal.

Gabarito

Questão nº 1

Resposta comentada

Pensando no mundo, os substitutos para as viagens de avião são os meios de transporte de longa distância: carro, navio, ônibus ou trem. Pensando no caso do Brasil, dificilmente o navio e o trem podem ser considerados modais de transporte que estão disponíveis, então seriam substitutos apenas o ônibus e o carro

Questão nº 2

Resposta comentada

Pensando no mundo, os substitutos para as viagens de avião são os meios de transporte de longa distância: carro, navio, ônibus ou trem. Pensando no caso do Brasil, dificilmente o navio e o trem podem ser considerados modais de transporte que estão disponíveis, então seriam substitutos apenas o ônibus e o carro

Questão nº 3

Opção A: incorreto porque é o significado de *status quo*;

Opção C: incorreto porque é o significado de *pluribus unum*;

Opção D: errado porque é o significado de *in loco*;

Opção E: errado porque é o significado de *sine qua non*.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a B.

Questão nº 4

Opção A: incorreto porque são substitutos.

Opção B: incorreto porque são substitutos.

Opção C: incorreto porque são substitutos.

Opção D: incorreto porque são substitutos.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a E.

Questão nº 5

Opção B: incorreta porque, neste caso, o consumo deveria crescer com o aumento da renda.

Opção C: incorreta porque esta classificação não existe.

Opção D: incorreta porque o bem substituto só é caracterizado quando, a partir de um aumento de preços, troca-se a preferência, o que não foi o caso.

Opção E: incorreta porque, neste caso, o consumo deveria crescer com o aumento da renda.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a A.

PRINCÍPIOS DE MACROECONOMIA



Objetivos de Aprendizagem

- Definir alguns dos principais conceitos da macroeconomia, mostrando os alcances e os limites de cada um deles.
- Aplicar conceitos de macroeconomia para a compreensão da vida social em sua complexidade.

Organização dos Estudos

Olá, estudante!

Nesta aula você continuará a estudar os conceitos básicos de economia. Depois de explorarmos a microeconomia, chegou o momento de partirmos para a macroeconomia.

É importante destacar que faremos uma abordagem resumida dos temas e, dessa forma, a nossa orientação é que outras fontes confiáveis sejam consultadas, ou seja, a pesquisa e o investimento de tempo fazem parte processo formativo em qualquer área do conhecimento.

Depois de uma leitura cuidadosa da aula, você deverá realizar as atividades propostas, para verificar seus conhecimentos sobre os conteúdos abordados.

Contextualização

Não há dúvidas de que a pandemia de Covid-19 mudou radicalmente a vida de muitas pessoas. Para não ficarmos em um plano muito geral e abstrato, façamos um pequeno recorte teórico e, desse modo, aceitemos, mesmo que provisoriamente, que estão em evidência algumas questões clássicas que dividem as escolas do pensamento econômico e as concepções políticas da época moderna. *O Estado deve ou não intervir na atividade econômica? É papel do Estado promover uma redistribuição da riqueza social? Em um cenário de crise, quais são os atores capazes de alavancar a atividade econômica?*

Como sabemos, as palavras não são neutras e, desta forma, quando se usa a expressão *Auxílio Emergencial*, já existe um entendimento implícito sobre o assunto, concorda? Para comprovar a última pergunta, basta irmos a um dicionário da língua portuguesa e lermos os significados de ambas as palavras.

É inegável que a retração econômica implica em perda de postos de trabalho, mas, por outro lado, a recuperação econômica não significa, necessariamente, a recuperação imediata dos postos de trabalho perdidos. Como lidar com os desempregados? Como definir as prioridades dos gastos públicos?

É muito fácil cairmos em maniqueísmos ou simplificações excessivas, mas o aguçamento do pensamento crítico nos faz reconhecer que decisões políticas interferem na esfera econômica, assim como decisões econômicas interferem na esfera política.

Vamos adentrar um pouco mais nos conceitos econômicos para deciframos um pouco melhor alguns dos enigmas da nossa época histórica.

1. Medidas da Atividade Econômica

A macroeconomia pode ser entendida como o estudo dos agregados econômicos, de seus comportamentos e das relações que guardam entre si, com o objetivo de analisar como são determinadas as variáveis econômicas agregadas. Deste modo, considera-se que existem quatro principais áreas de estudo que merecem nossa atenção quando falamos de macroeconomia:

- Produto Nacional
- Inflação
- Câmbio
- Emprego

Nesta aula abordaremos as duas primeiras.

Para entender melhor o que é economia, assista ao vídeo indicado abaixo:

Reflexões



*Economia animada – Aula 1 – O que é economia.
Canal do Por Quê? (Animação 2'08").*

Você já parou para refletir que a economia é o “estudo das pessoas e das razões pelas quais elas se comportam como se comportam”?

Normalmente estuda-se o comportamento dos agentes — indivíduos e empresas — que compõem a economia. Em uma economia capitalista, estes agentes se relacionam pelos mercados. Assim, o comportamento da economia pode ser medido a partir do desempenho dos mercados. Algumas das principais medidas dos mercados são:

Produto Nacional (PN): valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos na economia em um certo período, geralmente um ano.

Renda Nacional (RN): total de pagamentos feitos aos donos dos fatores de produção que foram utilizados para a obtenção do produto.

Despesa Nacional (DN): gastos dos agentes econômicos com o produto nacional. Revela quem são os setores compradores e apresenta o mesmo valor do PN, mas é medido pela ótica de quem comprou, e não da de quem vendeu.

Apesar de parecerem coisas distintas, na verdade representam medidas equivalentes, sendo que cada uma trata da mesma coisa por aspectos diferentes. Mas estes não são os únicos meios de se avaliar a atividade econômica. Pode-se, por exemplo, verificar o número de falências e concordatas, o consumo de energia etc.

Para entender a igualdade entre estas medidas, veja um exemplo.

Em um país há dois produtores: um de soja e outro de trigo. A produção de soja e trigo é inteiramente vendi-

da por R\$1.000.000,00, mas seus produtores precisam, para viabilizar seu negócio, pagar salários aos seus trabalhadores (R\$800.000,00), aluguel aos donos das terras que arrendam para a produção (R\$80.000,00) e juros para os bancos que emprestam recursos para o plantio (R\$20.000,00). Neste caso, podemos resumir este país olhando para o seu produto nacional (ótica da produção) ou para sua renda nacional (ambos equivalentes a R\$1.000.000,00).

Para simplificar, o quadro a seguir resume a produção deste país segundo as duas óticas.

EXEMPLO DE IGUALDADE ENTRE AS DIFERENTES ÓTICAS

| ÓTICA DA PRODUÇÃO (mercado de bens, PN) | ÓTICA DA RENDA (mercado fatores, RN) |
|---|--|
| SOJA: 600.000 | SALÁRIOS: 800.000 |
| TRIGO: 400.000 | ALUGUEIS: 80.000 |
| | JUROS: 20.000 |
| | LUCROS: 100.000 |

TOTAL = 1.000.000

TOTAL = 1.000.000

Repare que ambas as óticas totalizam o mesmo valor. Caso você tivesse somado apenas os dados fornecidos, faltaria acrescentar os R\$100.000,00 relativos aos lucros dos produtores. Numa economia capitalista, o lucro dos produtores/empresários é importante para que haja igualdade entre as duas visões propostas.

2. Agregados Econômicos

Você deve ter percebido que em todas as definições apresentadas não se falou em bens e valores intermediários. Normalmente estes são desconsiderados nos cálculos da atividade econômica, mas isso não é regra. Estes valores são chamados de *valor adicionado*.

No cálculo do Produto Nacional desconsidera-se seu valor para não haver dupla contagem, pois é o cálculo do que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo e representa as transações intermediárias da economia.

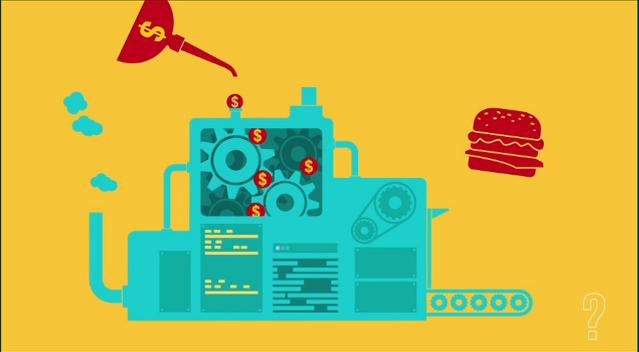
Você viu anteriormente que $PN = RN = DN$. Mas isso só ocorre se todos os agentes da economia gastarem toda a sua renda. Será que isso sempre acontece? Todas as pessoas que você conhece gastam toda a sua renda?

Quando não se gasta toda a renda recebida, é possível destinar o que sobra para, basicamente, três finalidades:

- **Poupança:** troca do consumo de hoje pelo consumo no futuro.
- **Investimentos:** gasto com bens produzidos, mas não consumidos e que aumentam a capacidade produtiva futura (não são o que chamamos de “investimento” nos bancos, como aplicação em fundos de ação).
- **Reposição da depreciação:** a depreciação é um desgaste da capacidade produtiva e que precisa ser reposta.

Atente para esses conceitos, que serão extremamente importantes nas aulas que virão a seguir.

Reflexões



*Economia animada – Aula 3 – O que são recursos.
Canal do Por Quê? (Animação 3'04”).*

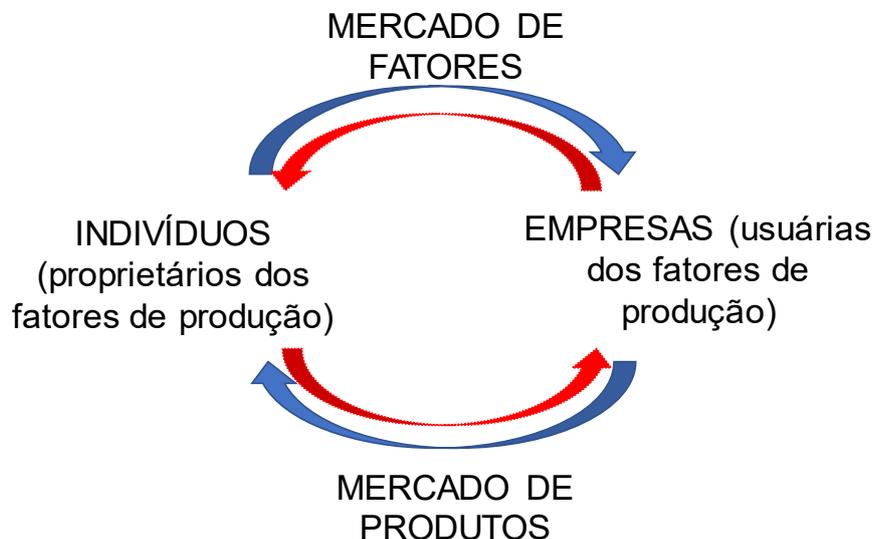
Você já parou para pensar que o dinheiro não é um recurso, pois ele não produz nada por si mesmo?

3. Fluxo Circular de Renda

Para entender o fluxo circular de renda, vale a pena ao vídeo ao lado, tratando dos recursos.

Os dois agentes de uma economia fechada e sem interferência do governo são os indivíduos e as empresas.

A figura a seguir resume a interação entre esses dois agentes:



fatores de produção:

- Mão de obra
- Terra
- Recursos naturais
- Máquinas e equipamentos



Os indivíduos são os proprietários dos fatores de produção (força de trabalho, recursos naturais, máquinas, equipamentos, edificações etc.). As empresas são os usuários dos fatores de produção. Pelo mercado de fatores podemos calcular a renda nacional, ou o total de pagamentos feitos aos fatores de produção que foram utilizados para se obter o produto nacional. Pelo mercado de produtos podemos apurar o produto nacional, ou o valor monetário de todos os bens finais produzidos na economia. A soma de ambos, em equilíbrio, é idêntica.

Uma medida derivada do PN é o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB tem uma pequena diferença em relação ao PN, e é a medida de atividade econômica mais conhecida dos países pela sua facilidade de apuração.

PNB + renda líquida ENVIADA ao exterior = PIB
PNB = PIB + renda líquida RECEBIDA do exterior

Para entender melhor o PIB, assista ao vídeo produzido pelo IBGE:

Reflexões



PIB: o que é, para que serve e como é calculado? IBGE Explica. Economia animada – Aula 3 – O que são recursos. IBGE. (Animação 4'46").

Você saberia explicar para um leigo no assunto o que é o PIB, para que serve e como é calculado?

Mas cuidado: não basta medir a evolução do PIB; o bem-estar de uma sociedade não depende apenas de sua evolução, mas também de como se realiza sua distribuição.

Outra questão importante quando se estuda macroeconomia é entender que, naturalmente, os produtos e a capacidade de produção de um país podem sofrer desgaste. Parte deste desgaste precisa ser repostado e, muitas vezes, é importante conhecer o tamanho deste desgaste. A este fenômeno, até certo ponto esperado, dá-se o nome de *depreciação*.

No caso do produto nacional, é possível apurá-lo considerando-se, ou não, a depreciação. Assim, depreciação é a medida que diferencia o Produto Nacional Bruto (PNB) do Produto Nacional Líquido (PNL).

$$\text{PNL} = \text{PNB} - \text{DEPRECIÇÃO}$$

$$\text{PNL} + \text{DEPRECIÇÃO} = \text{PNB}$$

Para medir a atividade econômica de um país, normalmente apura-se sua *contabilidade nacional*. Ela é o registro contábil da atividade econômica de um país num dado período, preocupando-se com a definição e os métodos de quantificação dos principais agregados macroeconômicos. Para isso, existe o *sistema de contas nacionais*, o sistema de contabilidade social criado pelo economista inglês Richard Stone, que considera apenas as transações com bens e serviços finais e utiliza o método contábil das partidas dobradas, e consiste em quatro contas básicas: PIB, renda nacional disponível, capital e transações com o resto do mundo, e uma conta complementar, a conta corrente das administrações públicas. No fundo, este sistema utiliza conceitos oriundos das ciências contábeis.

Conta Produto Interno Bruto

Resumidamente, a conta PIB considera as transações das unidades produtoras, contendo o pagamento das firmas aos fatores de produção (débitos, localizados no lado esquerdo da figura) e os recebimentos das firmas (créditos, que correspondem aos gastos com o PIB, localizados no lado direito da figura).

Conta Renda Nacional Disponível Líquida

A conta renda nacional disponível líquida considera as transações das famílias e do governo. Os débitos, localizados no lado esquerdo da figura, corres-

pondem à utilização da renda nacional. Os créditos, lançados no lado direito, correspondem a como esta renda é apropriada, distribuída.

Conta Transações com o Resto do Mundo

Esta conta representa as transações do setor externo.

Conta Capital

Por fim, a conta capital mede as transações que representam acumulação de renda para o futuro.

Uma alternativa ao sistema de contas nacionais é a matriz insumo-produto. Nesta são consideradas, além das transações agregadas de bens finais da economia, as transações agregadas de bens intermediários. Ela representa uma radiografia da estrutura da economia, mostrando o que cada setor da atividade compra e vende para outros setores, mas é uma técnica de difícil cálculo. Desde 1998, seguindo uma orientação da Organização das Nações Unidas (ONU), recomenda-se o uso conjunto do sistema de contas nacionais com a matriz insumo-produto, para que se obtenha uma apuração mais completa da radiografia de como anda a economia do país.

5. Teoria Monetária

Uma importante criação do homem, com certeza, é a moeda. Muitos objetos já foram utilizados como moeda. Normalmente são escolhidos para fazer esta função coisas com reconhecido valor em determinadas sociedades, como já foi o sal e são os metais preciosos. Mas afinal, o que define uma moeda? Moeda é algo aceito pela coletividade para desempenhar funções de meio ou instrumento de troca, unidade de conta e reserva de valor.

- Meio de troca: propriedade que a moeda tem para substituir os produtos. Caso a moeda perca essa função, então voltamos à situação de escambo, em que uma mercadoria é diretamente trocada por outra mercadoria.
- Unidade de conta: essa função permite que as mercadorias possam ser comparadas, pois é possível identificar, por exemplo, quantas canetas podem ser compradas com o mesmo valor de custo de um carro.

- Reserva de valor: essa propriedade é importante porque permite que, ao receber uma moeda, você não precise gastá-la imediatamente. Ou seja, a moeda guarda valor (desconsiderando-se a inflação) e você não precisa livrar-se dela imediatamente.

Além da moeda, uma economia também possui as “quase-moedas”. A quase-moeda representa aqueles ativos que, apesar de não serem considerados moeda em sentido estrito, apresentam algumas características da moeda em sentido amplo. São ativos de alta liquidez, mas que não são normalmente aceitos em troca de bens e serviços, apesar de serem rapidamente convertidos em moeda, como por exemplo os depósitos de poupança. A soma das moedas com as quase-moedas são chamadas de agregados monetários (M).

Para entender a relação da moeda com os bancos, assista aos vídeos indicados abaixo:

Reflexões



*Educação Financeira 2009 – Episódio 2 – Parte 1.
TV Cultura (Reportagem 5'54).*

O vídeo fala sobre os bancos e sua importância para a economia. Os bancos podem ser considerados “moradas” ou “hotéis” do dinheiro?



*Educação Financeira 2009 – Episódio 2 – Parte 2.
TV Cultura (Reportagem 7'22).*

O vídeo é a continuação do primeiro. Ao longo da história, tivemos mudanças importantes no papel econômico e social dos bancos?

E quem cuida da moeda? No caso do Brasil, é o Banco Central (BC ou Bacen). Este deve zelar pela estabilidade do sistema bancário, e possui três funções principais: banco dos bancos, banco do governo e executor de política monetária. Mas não é somente o Bacen que cria moeda. Os bancos comerciais também podem criar moeda. Neste caso não é uma moeda que se possa pegar, como a criada pela Casa da Moeda. O mecanismo de criação de moeda se dá pelo efeito multiplicador monetário. Isto ocorre porque os bancos emprestam parte do que é depositado à vista nas contas comerciais. Este multiplicador varia inversamente em relação à taxa de reservas, definida em função de políticas do próprio banco ou do Bacen, ou à taxa de retenção do público.

Para controlar a moeda em circulação, o Bacen pode utilizar instrumentos de política monetária. Neste caso, o BC atua direta ou indiretamente sobre a oferta de moeda, utilizando práticas que estimulem ou desestimulem a população a usar moeda. Os principais instrumentos de política monetária do Bacen são as reservas obrigatórias, as operações de *open market* (títulos do governo) e o redesconto.

6. Teoria Monetária e sua Relação com o Problema Inflacionário

Já vimos que os agregados monetários são importantes para medir o desempenho da economia. Mas como de fato se mede este comportamento? Como será possível somar, por exemplo, a produção de laranjas e abacaxis de um certo país? A saída é recorrer à moeda. Se multiplicarmos a quantidade de abacaxis pelo seu preço e a quantidade de laranjas pelo seu preço, podemos somar estas duas parcelas. Fazendo isso com todos os bens e serviços de uma economia, chegamos ao seu PN. Mas será que isso sempre será uma medida eficiente?

Veja o seguinte exemplo, ilustrado pela tabela adiante, com valores arbitrários apenas para facilitar o raciocínio.

| ANO PRODUTO | 2016 | | | 2017 | | |
|----------------|------|---|------------|------|---|------------|
| | Q | P | Q * P | Q | P | Q * P |
| LARANJAS | 30 | 2 | 60 | 30 | 1 | 30 |
| ABACAXIS | 50 | 3 | 150 | 50 | 4 | 200 |
| TOTAL | | | 210 | | | 230 |

LEGENDA: Q = Quantidade; P = Preço.

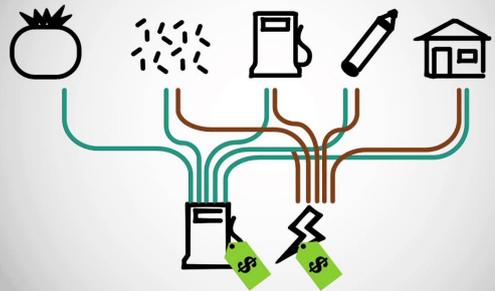
Para calcular o PN do país é preciso inicialmente multiplicar as quantidades produzidas pelos seus respectivos preços. Depois, basta somar a parcela encontrada para cada produto. Assim, no ano de 2016 o PN total apurado foi de \$210 (60 + 150) e o PN do ano de 2017 foi de \$ 230 (30 + 200).

A tendência natural é acharmos que o PN desta economia cresceu, o que é um indicador positivo. Mas, com um olhar mais atento, verifica-se na tabela que de um ano para outro a produção não mudou, apenas os preços variaram. O que será que aconteceu com o PN deste país?

Pela tabela parece que o valor do PN subiu de 210 para 230. Mas como as quantidades produzidas não mudaram, na verdade pode-se dizer que esse país sofreu um processo de inflação, em que o aumento do PN é apenas *nominal*. Não houve um aumento *real*, um aumento *de fato*. Neste caso, dizemos que houve *inflação*. Mas, afinal, o que é isto?

Para entender melhor o que é a inflação, assista ao vídeo abaixo:

Reflexões



O que é inflação? Nexo Jornal. (Animação 2'10").

O que é a inflação? Quais as diferentes entre a Inflação de Oferta e de Demanda?

Inflação pode ser definida como a tendência *contínua e sustentada* de elevação de *todos* os preços de bens e serviços da economia. Então não se pode dizer que existe inflação quando ocorre um aumento esporádico ou quando o aumento de preços ocorre com apenas alguns bens. Mas quais são as condições mais prováveis de ocorrência de inflação? Para responder a essa pergunta, vamos estudar a *demanda agregada* mais adiante.

E como se mede a inflação? Faz-se uma média ponderada da variação de todos os preços e calcula-se, as-

sim, um índice geral de preços. No Brasil o principal índice de preços é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE.

O IBGE explica o que é o IPCA no vídeo a seguir:

Reflexões



O que é inflação? IBGE explica IPCA e INPC. IBGE. (Animação 5'38").

O que é para que serve o IPCA?

A inflação pode ter efeitos sobre a distribuição de renda, sobre a balança de pagamentos, sobre o mercado de capitais e sobre a produção.

Os efeitos sobre a distribuição de renda você já deve ter sentido na pele. Ele ocorre com a redução do poder de compra (o que se consegue comprar) dos grupos de pessoas com rendimentos fixos, tais como assalariados e pensionistas. Como estes grupos só costumam negociar o aumento das suas rendas apenas uma vez por ano, não consegue comprar a mesma quantidade de coisas que conseguia antes de ocorrer o processo inflacionário.

Os efeitos sobre a balança de pagamentos são ruins porque encarecem os produtos nacionais no exterior. Dependendo de como o preço subir, o número de pessoas interessadas em comprá-los vai cair, diminuindo a produção necessária desses bens. Isso pode acabar tendo efeitos negativos sobre o nível de emprego.

No mercado de capitais a inflação faz com que o investimento, principalmente para os estrangeiros, não seja tão atrativo, o que pode acabar expulsando capitais do país.

Por fim, temos o efeito sobre a produção, talvez o mais perverso, porque é aquele que tende a se alastrar mais pela economia. Quando o mercado identifica a ocorrência de um ambiente inflacionário, tende a mudar

suas expectativas com relação ao futuro, e isso pode paralisar a produção mesmo antes da inflação de fato acontecer.

Enfim

Nesta aula abordamos dois dos principais temas de estudo da macroeconomia: o produto nacional e a inflação. Vimos que o produto nacional é o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos na economia em um certo período, e junto com outros indicadores, como renda nacional e despesa nacional, fornece importantes medidas dos mercados nacionais.

Outros importantes conceitos tratados foram o de valor adicionado, que é valor que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo, e aqueles que indicam a finalidade da renda que não é destinada ao consumo: poupança, investimentos e reposição da depreciação.

Vimos ainda alguns aspectos importantes sobre as contas nacionais, e conceitos fundamentais da teoria monetária, tais como as três funções da moeda: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, e ainda a questão da inflação.

Referências Recomendadas

DORNBUSCH, R.; FISHER, S.; STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. Rio de Janeiro: MacGraw-Hill, 2009.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TUNETO JR., R. (organizadores). *Manual de Economia*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 21ª ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

SINGER, P. *Aprender Economia*. São Paulo: Contexto, 2010.

VARIAN, H. R.; et al. *Microeconomia, princípios básicos: uma abordagem moderna*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia: micro e macro*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WESSELS, W. J. *Economia*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Atividades

1. Qual das medidas a seguir não é classificada como um agregado econômico?

- a. Produto Nacional.
- b. Produto Interno Bruto.
- c. Taxa de Desemprego.
- d. Valor do salário-mínimo.
- e. Inflação.

2. Quais são os agentes econômicos importantes, quando olhamos para uma economia fechada e sem interferência do governo?

- a. Indivíduos e famílias.
- b. Indivíduos e empresas.
- c. Trabalhadores e empresas.
- d. Empresários e empresas.
- e. Trabalhadores e empresários.

3. Por que o valor adicionado é desconsiderado do Produto Nacional?

- a. Para não haver dupla contagem.
- b. Para minimizar o valor do PIB.
- c. Para maximizar o valor do PIB.
- d. Para considerar o valor dos bens intermediários.
- e. Para considerar o valor dos bens finais.

4. Qual o efeito das exportações sobre a renda nacional?

- a. Negativo.
- b. Neutro.
- c. Positivo.
- d. Depende do nível de emprego.
- e. Nada se pode afirmar.

5. O que diferencia o cálculo da matriz insumo-produto do cálculo do produto nacional?

- a. No cálculo do produto nacional são consideradas, além das transações agregadas de bens finais da economia, as transações agregadas de bens intermediários.
- b. Na matriz insumo-produto são consideradas, além das transações agregadas de bens finais da economia, as transações agregadas de bens intermediários.
- c. Na matriz insumo-produto são desconsideradas as transações agregadas de bens intermediários.
- d. No cálculo do produto nacional são desconsideradas as transações agregadas de bens finais da economia.
- e. Não existe diferença entre as técnicas.

Gabarito

Questão nº 1

Opção A: Produto Nacional é o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos na economia, ou seja, um agregado econômico.

Opção B: Produto Interno Bruto é uma medida derivada do Produto Nacional, então também é um agregado econômico.

Opção C: a taxa de desemprego é a medida mais conhecida para o estudo do emprego, uma das áreas mais importantes da economia e, portanto, um agregado econômico.

Opção E: a inflação também é uma das quatro grandes áreas da economia e, portanto, um agregado econômico.

Resposta Correta: por exclusão, a única medida que não se encaixa na definição de agregado econômico é a opção D.

Questão nº 2

Na opção A, as famílias não estão entre os principais agentes econômicos (as famílias são um aglomerado de indivíduos, que já estão considerados).

Na opção C, os trabalhadores não são os principais agentes econômicos (há outros indivíduos que não são trabalhadores que estão desconsiderados).

Na opção D faltam os indivíduos.

Na opção E os trabalhadores não são os principais agentes econômicos (há outros indivíduos que não são trabalhadores que estão desconsiderados).

Resposta Correta: Opção B, conforme visto ao longo da aula apresentada.

Questão nº 3

Opção B: incorreta, porque não há motivos para se minimizar o PIB.

Opção C: incorreta, porque não há motivos para se maximizar o PIB.

Opção D: incorreta, porque não se deseja medir bens intermediários no PIB, apenas bens finais.

Opção E: incorreta, porque valor adicionado não diz respeito a bens finais, apenas intermediários.

Resposta Correta: opção A. Valor adicionado é o cálculo do que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo. No cálculo do Produto Nacional desconsidera-se seu valor para não haver dupla contagem, pois é o cálculo do que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo e representa as transações intermediárias da economia.

Questão nº 4

Opção A incorreta, porque as exportações geram renda e emprego e isso é positivo.

Opção B incorreta pelo mesmo motivo anterior: as exportações geram renda e emprego e isso é positivo.

Opção D está incorreta porque independente do nível de emprego, as exportações sempre geram mais renda nacional.

Opção E está incorreta porque, conforme visto na aula, podemos afirmar que as exportações líquidas são benéficas para a renda, pois quanto mais o país exporta, mais precisa produzir, aumentando o nível geral de emprego.

Resposta Correta: Opção C, pois quanto mais o país exporta, mais precisa produzir, aumentando o nível geral de emprego.

Questão nº 5

Opção A: no produto nacional não se contabilizam bens intermediários;

Opção C: na matriz insumo-produto a grande inovação é a consideração de produtos intermediários;

Opção D: no cálculo do produto nacional são contabilizados todos os bens finais da economia;

Opção E: se não houvesse diferenças, não haveria por que ter métricas distintas.

Resposta correta: por exclusão, a única opção correta é a B.

GLOBALIZAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR



Organização dos Estudos

Olá, estudante!

Nesta aula você incrementará seus conhecimentos sobre os conceitos básicos de comércio exterior. Trataremos das teorias do comércio exterior atuais e sobre como isso afeta as escolhas de política econômica de economias abertas.

Vale destacar que são apenas conceitos básicos, de modo que você sempre deve buscar se aprofundar mais com consultas a outras fontes, a fim de aprimorar seus conhecimentos.

Bons estudos!

Objetivos de Aprendizagem

- Identificar as implicações das políticas econômicas governamentais sobre o comércio exterior.
- Examinar as relações entre o comércio exterior, a globalização, os regimes cambiais e as crises internacionais.

Contextualização

O mundo de hoje é globalizado. É possível comprar produtos americanos, franceses ou italianos com apenas alguns cliques, dentro de nossas próprias casas. Será que era assim que nossos pais e avós compravam? Claro que não. Mas, como entender o caminho que explica a forma de consumir atual? Como explicar porque, hoje, temos acesso ao que nossos pais e avós não tinham? Entender a dinâmica do comércio internacional é indispensável para respondermos a essas perguntas e para, de alguma forma, podermos imaginar o que pode acontecer daqui para a frente.

1. Teoria de Comércio Exterior

Para explicar como o comércio mundial chegou à situação atual, a primeira teoria elaborada foi a dos economistas clássicos, que acreditavam na existência das *vantagens comparativas*.

Segundo esta vertente, cada país deve exportar os produtos que consegue fabricar com custos *relativamente* menores, tendo mais vantagens em relação aos demais. Assim, conclui-se que cada país irá se especializar na produção dos bens em que tiver vantagem comparativa em relação aos seus concorrentes.

Mas o ganho só será máximo se o comércio internacional for livre, ou seja, sem barreiras, sem tarifas, sem restrições. E isso, na grande maioria das vezes, não ocorre. Na prática, cada país tenta proteger sua economia e o comércio não é totalmente livre. Entretanto, com o progresso tecnológico e a facilidade da realização de transações comerciais e financeiras em tempo real, de certo modo pode-se dizer que o mundo “encolheu”, ou que as fronteiras nacionais estão mais permeáveis dada a facilidade de comunicação direta entre os diversos agentes econômicos em cada país.

Alternativamente, os neoclássicos explicam o funcionamento do comércio internacional pelas diferentes configurações de uso conjunto de capital e trabalho: os países mais desenvolvidos usam mais capital do que trabalho, enquanto os países menos desenvolvidos são mais intensivos no uso do trabalho (mão de obra). Consequentemente, os países mais desenvolvidos exportam produtos cuja fabricação depende mais de capital, enquanto os países menos desenvolvidos exportam produtos cuja fabricação depende mais de mão de obra. Portanto, cada país tem a tendência a exportar os bens que necessitam de uso intensivo do fator abundante em suas economias.

O problema é que, na realidade, nem o modelo clássico nem o neoclássico explicam, de fato, o comportamento histórico do comércio internacional. Assim, outras teorias apareceram para explicar o motivo de, na prática, vivenciarmos uma situação diferente daquela que seria esperada.

As principais teorias alternativas levam em consideração a semelhança de demanda entre países mais ricos (com níveis de renda parecidos, o mercado consumidor favorece a troca de produtos entre estes mesmos

países ricos) e o ciclo de vida do produto (com rendas maiores, a demanda dos países ricos é mais exigente e prefere produtos inovadores, então há vantagem para as economias onde se investe mais em pesquisa, o que acontece nos países mais ricos).

Posteriormente, as teorias incorporaram conceitos de diferenciação de produto (mesmo com produtos muito parecidos é possível criar demanda por aquele que tem alguma coisa um pouco melhor do que os demais) e de economias de escala (quanto mais se produz, maior é o ganho relativo, porque caem os custos de produção).

O que se sabe é que, de fato, o livre comércio não existe; para explicar o comércio internacional precisamos observar o tempo, pois com ele gera-se aprendizagem, o que muda as vantagens de cada país; não existe concorrência perfeita e muitos aceitam pagar um pouco mais por alguma diferenciação; existe economia de escala.

Deste modo, os ganhos de eficiência no comércio internacional dependem, entre outros fatores, de:

especialização na produção de bens;

aumento na variedade de produtos a que os cidadãos têm acesso;

possibilidade de diversificação de portfólios (redução de riscos);

antecipação de consumo futuro (ao possibilitar a existência de endividamento externo);

ampliação da concorrência nos mercados domésticos.

As economias fechadas acabam tendo desvantagens, pois não conseguem obter o melhor uso dos seus fatores de produção, não importando se forem países ricos ou pobres. Assim, o modelo tradicional de economia precisa incorporar mais uma variável: o comportamento do comércio internacional, representado pelos lançamentos da balança de pagamentos.

2. Taxas de Câmbio Real e Nominal e Paridade do Poder de Compra

Já sabemos que a taxa de câmbio representa a relação de troca entre as moedas de dois diferentes países. Mas é preciso reconhecer que nem sempre esta cotação de troca representa a real situação da economia. Por exemplo, se um determinado produto custa R\$5,00 e

a cotação do dólar está em R\$3,30, isso não significa que você será capaz de comprá-lo por US\$1,51 ($= 5 \div 3,3$). Além do conceito de taxa de câmbio que já conhecemos, e que iremos chamar de câmbio nominal, precisamos conhecer o cálculo da taxa de câmbio real.

A taxa de câmbio real representa a relação de preços entre os produtos de diferentes países. É ela que vai fornecer o grau de competitividade comercial entre dois países. Esse conceito gerou a teoria da paridade do poder de compra. Por este conceito, os produtos homogêneos (que são praticamente iguais ao redor do mundo) deveriam custar a mesma coisa em qualquer lugar.

3. Regimes Cambiais e Política Econômica

Uma importante consequência da ausência de barreiras e do progresso tecnológico (ou seja, da globalização acompanhada de livre mobilidade de capitais) é que as taxas de juros interna e externa devem ser equivalentes, considerando-se as diferenças geradas pela taxa de câmbio. Isso ocorre porque se a realidade for diferente, pelo menos em teoria haverá uma grande fuga de capitais para o país onde a taxa de juros for relativamente mais elevada.

Na prática, isso não ocorre porque os investidores também consideram em suas avaliações o chamado “risco-país”. Ou seja, o risco de o país deixar de honrar o pagamento prometido pela aplicação de capital em seus títulos. O Brasil, como já deixou de honrar empréstimos internacionais, não tem um bom histórico, então precisa oferecer taxas de juros maiores do que as de outras economias mais desenvolvidas, para poder atrair investidores.

Já sabemos que existem dois extremos para os regimes cambiais: o câmbio fixo e o câmbio flutuante. Mas quais as vantagens e desvantagens de cada um destes regimes?

Com câmbio fixo, a política monetária torna-se sem eficácia, e o Banco Central perde o controle dos agregados monetários. Assim, o país deve ter reservas suficientes para atender a excessos de demanda e excessos de oferta.

Com câmbio flutuante, é a política fiscal que se torna

sem eficácia. Existe a possibilidade de haver instabilidade comercial (ora a balança comercial está positiva, ora negativa) e conseqüentemente aumento de incerteza, o que é ruim para a economia já que incerteza gera, inclusive, inflação. A grande vantagem deste regime é que a balança comercial sempre estará em equilíbrio.

Vale destacar que a adoção de um regime de câmbio flutuante permite que a economia sempre se ajuste sozinha.

4. Origens da Crise de 2008

Muito diferente do que se possa supor, a origem da crise de 2008 é bem mais antiga do que a maioria das pessoas acredita. Como é um evento do século XXI, muitos acham que a explicação pode ser obtida depois da virada do milênio, o que não é o caso.

Os eventos que explicam a origem da crise de 2008 começaram durante os anos 1980, período no qual o Brasil passava por uma grave crise econômica, como já vimos. Mas essa crise norte-americana não pode ser ligada aos problemas brasileiros, e sim à prosperidade observada nos países do leste da Ásia.

A grande prosperidade resultante do rápido crescimento econômico e do desenvolvimento industrial e tecnológico observado nos chamados Tigres Asiáticos (Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong) aumentou a quantidade de dinheiro disponível para investimento. A globalização financeira, que ainda estava engatinhado naquela época, já permitia que grande parte dos recursos migrasse para investimentos nos Estados Unidos. Esta entrada de recursos na economia norte-americana acontecia por causa da instabilidade política e econômica que se observou no Oriente, fazendo com que os EUA fossem considerados um porto seguro para investimentos de longo prazo.

De fato, ao longo dos anos 1990, o mundo financeiro sofreu vários reveses com a crise do México de 1994, a crise da Ásia de 1997, a crise russa de 1998 e alguns calotes da dívida dos países em desenvolvimento. Paralelamente, a economia dos Estados Unidos se consolidava como uma das maiores (senão a maior) força política e econômica, convertendo-se num porto seguro para a poupança de longo prazo.

Até o final do século XX a economia americana recebeu uma grande entrada de recursos, apesar de a balança comercial dos EUA registrar déficits sistemáticos. Paralelamente, desde a década de 1970 o país começou um processo de eliminação de restrições ao crédito e de redução da regulamentação, principalmente do setor bancário. Este cenário se intensificou nas décadas de 1980 e 1990. Todo esse movimento justificava-se porque havia necessidade de absorver toda a entrada de recursos que financiavam o crescimento da economia norte-americana.

Ao mesmo tempo, o mercado de capitais registrou uma elevação de operações com derivativos (mais arriscadas do que as operações feitas exclusivamente com ações) acompanhada de uma facilidade de contratação de crédito imobiliário. Como o mercado de construção civil não tem a possibilidade de crescer de forma rápida (a este fenômeno dá-se o nome de *baixa elasticidade*), esta facilidade tende a gerar dois fenômenos:

- Concessão de crédito a pessoas com maior risco;
- Aumento no preço dos imóveis.

Concessão de crédito a pessoas com maior risco

Nos Estados Unidos, a concessão de crédito para a compra de um imóvel é feita através de um instrumento financeiro chamado *hipoteca*.

As hipotecas com maior risco são denominadas *subprime*. Nesta categoria o crédito imobiliário é mais arriscado, então a taxa de juros paga por ele é maior, de modo a compensar o maior risco que ele oferece.

Durante os anos anteriores a 2007, houve um aumento significativo na quantidade de crédito concedido, e que era classificado como *subprime*.

Aumento no preço dos imóveis

Com mais crédito no mercado, mais pessoas passaram a procurar casas para financiar. Conforme apontado, não é possível aumentar a quantidade de casas de forma rápida. Então, por uma questão de oferta e procura, com uma elevação apenas na demanda por casas, a tendência foi a elevação no preço das casas.

Conseqüentemente, verificou-se uma significativa elevação do risco de inadimplência e a criação de casas com valores inflados, maiores do que os de equilíbrio, gerando a chamada *bolha de preços* (nos dez anos anteriores à crise, os preços dos imóveis nos EUA aumentaram cerca de 200%).

5. A Crise

No segundo semestre de 2007, aparentemente sem nenhuma razão específica, houve a explosão da bolha de preços. Logo os efeitos foram propagados a diversos setores. Muitos cidadãos americanos perderam suas casas por incapacidade de pagamento de seus créditos imobiliários (suas hipotecas).

Várias teorias tentaram explicar o estouro da bolha, mas não existe consenso com relação a esta questão.

Uma das possíveis razões para a explosão foi a queda da confiança na economia norte-americana. Uma possível explicação para este fato é a adoção da marcação a mercado — acompanhamento da evolução diária dos títulos de renda fixa e produtos de renda variável — adotada a partir de 2006, o que redundou em incremento das taxas de juros das hipotecas, redução no preço médio dos imóveis e restrição ao crédito.

Com esse movimento, os consumidores começaram a perceber que suas dívidas com os bancos estavam supervalorizadas, e que, neste caso, valia a pena abrir mão de seu imóvel e liquidar suas hipotecas, oferecendo aos credores os imóveis que haviam dado como garantia de seus empréstimos.

O grande problema desse movimento é que os bancos foram obrigados a lidar com um passivo para o qual não tinham estrutura. E, adicionalmente, tiveram que lidar com uma redução expressiva de seus ativos, uma vez que a demanda por imóveis caiu drasticamente após o estouro da bolha.

Esse movimento afetou de forma bastante negativa a capacidade de alavancagem dos bancos, gerando a necessidade de readequação das carteiras de crédito das instituições financeiras. Como resultado, os bancos foram obrigados a restringir seus empréstimos.

Como a redução de crédito não ficou limitada ao mercado imobiliário, rapidamente a crise espalhou-se para outros setores da economia. Adicionalmente, a elevada globalização foi responsável pela contaminação de outras importantes economias ao redor do mundo, o que gerou significativa queda no consumo, redução do investimento e consequente queda nos níveis gerais de emprego, conforme o fluxo circular de renda que já conhecemos.

Numa tentativa de limitar os efeitos adversos da situação, o governo dos EUA promoveu injeções de recursos em várias empresas, inclusive do setor financeiro, importantes para a economia do país. O custo e a eficácia destas medidas ainda não é consenso entre os economistas, e somente o tempo poderá indicar se este caminho foi correto.

Enfim

Abordamos aqui o comércio exterior a partir de diferentes perspectivas teóricas. Uma conclusão inicial é que não existe livre comércio, ou seja, as teorias econômicas precisam ser confrontadas com os contextos históricos específicos.

Na época atual, o contexto de globalização das economias precisa ser considerado, pois as fronteiras da produção, circulação e consumo das mercadorias foram redesenhadas.

A crise de 2008 é um bom exemplo da interdependência econômica entre os países, pois uma crise econômica de um país tende a afetar a economia de outros países, amplificando os seus efeitos sociais.

Adiante trataremos do papel do governo na economia, evidenciando as controvérsias entre os economistas e os atores políticos.

Referências Recomendadas

DORNBUSCH, R.; FISHER, S.; STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10a ed. Rio de Janeiro: MacGraw-Hill, 2009.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TUNETO JR., R. (organizadores). *Manual de Economia*. 7a ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 21a ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

SINGER, P. *Aprender Economia*. São Paulo: Contexto, 2010.

VARIAN, H. R.; et al. *Microeconomia, princípios básicos: uma abordagem moderna*. 9a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia: micro e macro*. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WESSELS, W. J. *Economia*. 3a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Atividades

1. Em 26/05/20 o site *Correio Brasiliense* publicou uma reportagem sobre os gastos brasileiros no exterior:

Gastos dos brasileiros no exterior caem 86% em abril: Resultado registrado em meio à pandemia da covid-19 e à alta do dólar foi o pior para o mês de abril desde 1999

A pandemia do novo coronavírus e a alta do dólar derrubaram em mais de 86% os gastos dos brasileiros no exterior. Segundo o Banco Central, as despesas com viagens internacionais somaram apenas US\$203 milhões em abril, contra US\$1,493 bilhão registrado no mesmo mês de 2019.

O resultado apresentado nesta terça-feira (26/05) pelo Banco Central é o menor para o mês de abril desde 1999 e foi acompanhado por uma redução de 76% das despesas que os turistas estrangeiros tiveram no Brasil. De acordo com o BC, as despesas dos estrangeiros que visitaram o país caíram de US\$472 milhões em abril de 2019 para US\$113 milhões em abril de 2020.

Por conta disso, o saldo líquido das viagens registrou um déficit de US\$90 milhões em abril deste ano. O montante é 91,2% menor que o registrado no mesmo mês do ano passado, quando esse déficit foi de US\$1 bilhão.

E esse resultado contribuiu com a redução do rombo da conta de serviços, que, segundo informou o BC nesta terça-feira, através das estatísticas do setor externos, ficou 63,4% menor, passando de -US\$ 3,3 bilhões em abril de 2019 para -US\$1,2 bilhão em abril de 2020. “A conta de viagens respondeu por US\$93 milhões dos US\$ 2,1 bilhões de redução da conta de serviços”, pontuou o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha. (...)

Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/05/26/internas_economia,858369/gastos-dos-brasileiros-no-exterior-caem-86-em-abril.shtml

Depois do que você estudou essa diminuição dos gastos dos brasileiros no exterior tende a elevar ou a diminuir a taxa de câmbio de equilíbrio do Brasil?

2. Em 08/06/20 o site *G1* publicou uma reportagem sobre a taxa de câmbio do dólar no Brasil:

Dólar fecha a R\$ 4,85, no menor valor em quase três meses. Moeda encerrou o dia em queda de 2,79%, a R\$ 4,8539.

O dólar fechou mais uma vez em queda nesta segunda-feira (8), dando sequência às perdas das últimas semanas em meio a um maior otimismo sobre uma recuperação econômica no exterior, embora as incertezas políticas domésticas continuem no radar dos investidores.

A moeda encerrou o dia em queda de 2,79%, a R\$4,8539 — na menor cotação desde 13 de março, quando fechou a R\$ 4,8127. Na mínima do dia, chegou a R\$4,8484. No mês, a moeda tem queda de 9,04%. No ano, no entanto, ainda acumula alta de 21,05%. Veja mais cotações.

O Banco Central ofertou nessa sessão até 12 mil contratos de *swap* tradicional para rolagem nesta segunda-feira, com vencimentos divididos entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021.

A confiança econômica no mercado externo também traz bons ares à bolsa. O principal índice da B3, o Ibovespa, fechou em alta nesta segunda-feira (8) pelo sétimo pregão consecutivo, encerrando o dia com alta de 3,18%, a 97.644 pontos. (...)

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/08/dolar.ghhtml>

Depois do que você estudou nessa aula, você acredita que a taxa de câmbio do Brasil é regida exclusivamente por leis de mercado?

3. Quando a taxa de câmbio se eleva, que grupo se beneficia?

- Consumidores.
- Poupadores.
- Importadores.
- Exportadores.
- Equipe Econômica.

4. O que deve acontecer com a taxa de câmbio de equilíbrio se o consumidor brasileiro aumentar a demanda por bens importados?

- a. Diminui.
- b. Aumenta.
- c. Fica estável.
- d. Nada se pode afirmar.
- e. Depende da taxa de juros.

5. O que é considerado, no âmbito do comércio internacional, o “fim da geografia”?

- a. A derrubada do muro de Berlim.
- b. A criação da Comunidade Europeia.
- c. A proposta de criação de um muro entre México e EUA.
- d. A imposição de barreiras fiscais no lugar das barreiras físicas para o comércio exterior.
- e. Progresso tecnológico na área de telecomunicações e informática.

6. O que acontece com a taxa de câmbio de equilíbrio na presença de um ambiente inflacionário?

- a. Fica estável.
- b. Diminui.
- c. Aumenta.
- d. Depende da taxa de juros.
- e. Nada se pode afirmar.

Gabarito

Questão nº 1

Resposta comentada

Como vimos, os brasileiros que compram no exterior são demandantes de moeda estrangeira. Como não estão comprando mais, precisam de menos dólares e a curva de demanda se desloca para baixo. Assim, diminui a demanda por divisas e a taxa de câmbio de equilíbrio também cai.

Questão nº 2

Resposta comentada

Na reportagem fica claro que o governo brasileiro interfere no câmbio através de intervenções do BC. Sendo assim, não se pode dizer que nosso câmbio seja resultado exclusivo das leis de mercado. O que acontece é que o governo tenta interferir na economia com o intuito de suavizar possíveis efeitos adversos. Já imaginou se, de um dia para o outro, a taxa de câmbio subir demais? Como somos altamente dependentes do petróleo importado, então nossos custos de produção subiriam muito como consequência. Automaticamente, o custo de todos os demais produtos também tenderia a subir, implicando em um quadro de inflação.

Questão nº 3

Opção A: incorreta, porque ganham apenas os consumidores de países fora de onde a taxa de câmbio subiu.

Opção B: incorreta, porque nada é dito a respeito das taxas de juros.

Opção C: incorreta, porque este grupo ganha com a queda da taxa de câmbio.

Opção E: incorreta, porque a equipe econômica não ganha nem perde.

Resposta Correta: D. Para o mesmo preço em reais, os exportadores conseguem vender seus produtos por um preço menor em outra moeda (dólares, por exemplo). Podendo aumentar a quantidade vendida, os produtos ficam mais competitivos, aumentando o faturamento.

Questão nº 4

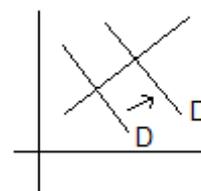
Opção A: incorreta, porque ocorre exatamente o oposto;

Opção C: incorreta, porque alterações desta natureza não deixam a taxa de câmbio parada;

Opção D: incorreta, porque o estudo dos gráficos de demanda e oferta de divisas pode nos fornecer uma resposta precisa;

Opção E: incorreta, porque o câmbio independe da taxa de juros.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a B. Graficamente a situação fica bem clara: aumenta a taxa de câmbio.



Questão nº 5

Opção A: incorreta, porque trata-se de um evento histórico de união das Alemanhas, desconectado do comércio internacional.

Opção B: incorreta, porque diz respeito apenas aos países-membros da comunidade, e não ao restante do mundo.

Opção C: incorreta, porque representa uma proposta contrária ao livre-comércio.

Opção D: incorreta, porque representa o oposto do fim das barreiras.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a E. O “fim da geografia” na verdade é o progresso tecnológico na área de telecomunicações e informática, que diminuiu dramaticamente os custos das transações financeiras, levando praticamente à eliminação das fronteiras nacionais para o mercado financeiro.

Questão nº 6

Opção A: incorreta, porque alterações desta natureza não deixam a taxa de câmbio parada;

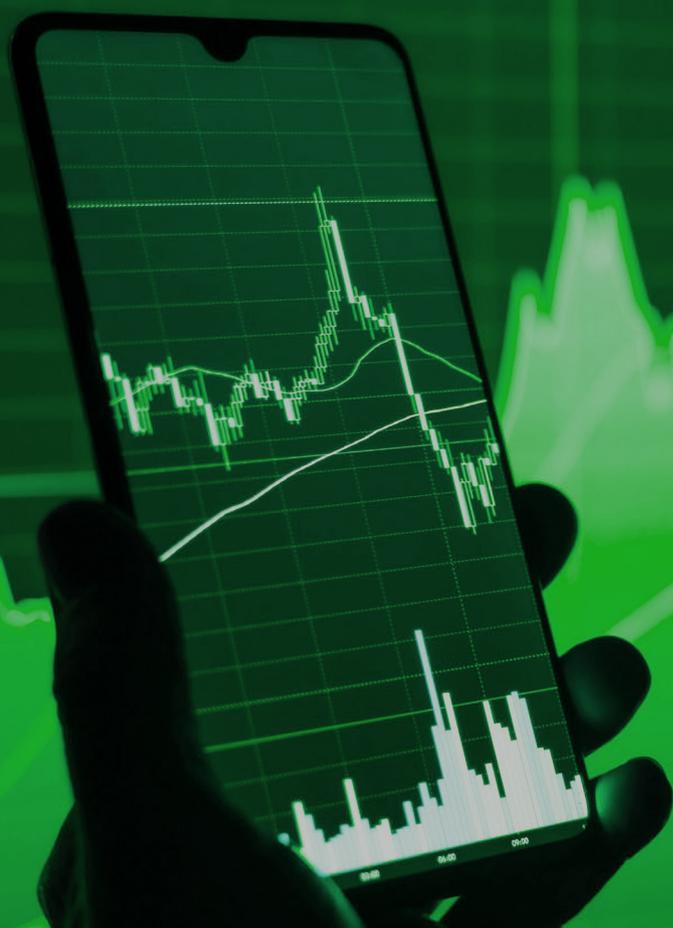
Opção B: incorreta, porque ocorre exatamente o oposto;

Opção D: incorreta, porque o câmbio independe da taxa de juros;

Opção E: incorreta, porque o estudo dos gráficos de demanda e oferta de divisas pode nos fornecer uma resposta precisa.

Resposta Correta: Quando cresce o nível de preços, diminui a oferta de divisas e aumenta a demanda por divisas, resultando num aumento da taxa de câmbio. Assim, por exclusão, a única opção correta é a C.

GOVERNO E ECONOMIA



Organização dos Estudos

Olá, estudante!

Nesta aula trataremos das teorias que explicam a importância e a atuação do setor público, levando-se em conta a ótica econômica.

Mais uma vez vale destacar que são apenas conceitos básicos, de modo que consultar as referências recomendadas e outras fontes será fundamental para que você possa aprofundar seus conhecimentos.

Bons estudos!

Objetivos de Aprendizagem

- Analisar as implicações das políticas governamentais na esfera econômica da sociedade.
- Refletir sobre o papel do governo em economias abertas, considerando as divergências entre os atores políticos e os agentes econômicos.

Contextualização

O papel do Estado na sociedade, especialmente na esfera econômica, suscita muitas controvérsias entre os agentes econômicos e os atores políticos. Para alguns, os investimentos públicos em infraestrutura têm o poder de alavancar a atividade econômica, enquanto para outros as intervenções estatais geram distorções nas leis do mercado, inibindo a livre iniciativa.

É tentadora a ideia de tomar partido a favor ou contra as posições teóricas existentes nas correntes do pensamento econômico, assim como em relação aos aspectos regulatórios, pois uma das funções das leis é regular o funcionamento da sociedade. De qualquer modo, o mais importante neste momento é buscar entender as implicações das ações governamentais, problematizando questões como o papel do governo, as relações entre a economia e a propriedade privada e, especialmente, as políticas fiscal e monetária, pois

ambas interferem na maior ou menor capacidade (e possibilidade) de o governo influenciar os rumos da sociedade. Posteriormente, com uma visão mais abrangente sobre todo o processo econômico, você será capaz de elaborar sua própria interpretação sobre o papel do Estado e das forças econômicas.

Bons estudos!

1. Papel do Governo

Já estudamos a demanda agregada (Y^d). Este estudo é importante, porque pode explicar o comportamento do nível de produção. Y^d , pela ótica da despesa, representa os gastos da coletividade e corresponde à soma do consumo das famílias (C), do investimento (I), dos gastos do governo (G) e das exportações líquidas (exportações - importações ou $X - M$):

$$Y^d = C + I + G + X - M$$

Por outro lado, podemos ver a economia pela ótica da oferta agregada (Y^s), que, matematicamente, define-se por

$$Y^s = C + S + T$$

onde S representa a poupança privada e T corresponde aos tributos.

Em economia, o equilíbrio geralmente dá-se pelo estudo da convergência de diferentes visões do mesmo fenômeno. Logo, é fácil perceber que estaremos em equilíbrio quando $Y^d = Y^s$. Isso implica em atender à seguinte igualdade:

$$C + I + G + X - M = C + S + T$$

Simplificando-se esta equação (eliminando-se C de ambos os lados), temos:

$$I + G + X - M = S + T$$

Imaginando que o investimento e a balança comercial sejam predominantemente financiados pela poupança privada, então:

$$I + X - M = S$$

Por fim, se esta hipótese é verdadeira, então:

$$G = T$$

Os gastos do governo, pode-se concluir pela equação de Y^d , estão entre os fatores que geram um efeito positivo sobre a demanda agregada, mas a que custo? Gastos do governo são predominantemente financiados pela arrecadação de tributos (T), o que pode gerar ineficiência na economia, uma vez que sempre haverá uma perda quando se realocam recursos do setor privado para o setor público (discutiremos este ponto no item 3). Quando G e T são equivalentes, a economia está em equilíbrio fiscal. Foi esta a premissa apresentada no parágrafo anterior.

Mas nem sempre isso ocorre. Se $T - G > 0$, a economia encontra-se numa situação de superávit fiscal e o investimento privado pode ser financiado pelo governo. Se $T - G < 0$, existe déficit do governo, que pode ser financiado pelo setor privado.

Dependendo da condição em que as curvas Y^d e Y^s se encontram, será possível antecipar se estímulos para mudanças promovidas pelo governo irão gerar melhorias em Y ou em P.

Para refletir um pouco mais sobre a importância do governo na economia, assista ao vídeo abaixo.



2. Economia e Prosperidade

Já vimos que, quando o mercado funciona bem e em concorrência perfeita, no equilíbrio é possível alcançar pontos de eficiência, como os ótimos de Pareto.

Mas não se pode assegurar que os mercados operem sempre nesta condição e sem falhas. Quando isso acontece, geralmente encontramos um ambiente de concorrência imperfeita. Neste tipo de ambiente é comum a necessidade de alguma interferência governamental. Sem esta interferência é esperado que cresça a incerteza de que os contratos serão cumpridos, de que as falhas serão resolvidas etc.

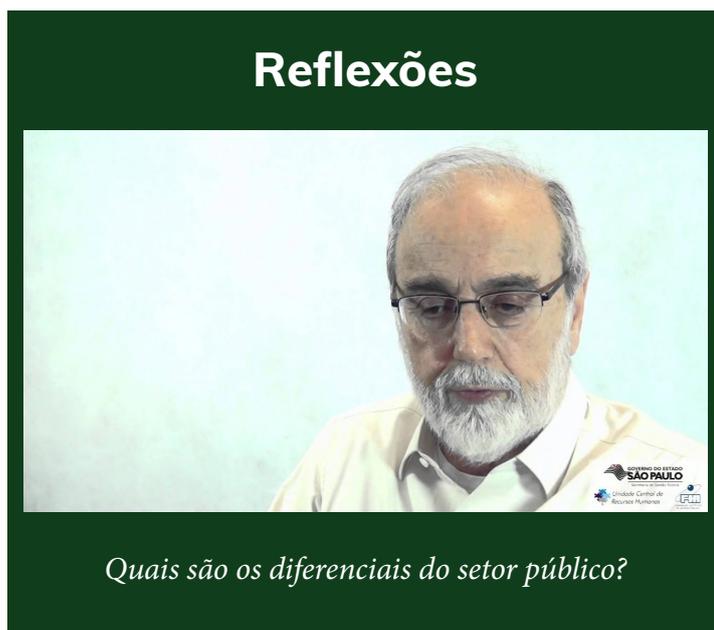
E a incerteza é inimiga do fluxo circular de renda, como vimos. Em cenários de incerteza é comum vermos o empresário paralisado, aguardando o que vai acontecer para decidir se determinado investimento vale a pena ou não. Isso ocorre porque o indivíduo racional (e os empreendedores costumam se enquadrar nesta classificação) costuma temer o risco. Isso não quer dizer que estes mesmos empresários fujam de situações arriscadas, mas significa que ficam mais temerosos, mais cautelosos, normalmente aguardando algum indicativo de que as incertezas tendem a diminuir.

Uma das tarefas do setor público é promover este ambiente mais estável. E as leis existem para que isso seja possível. Segundo Gremaud *et al.* (2012), “os mercados são convenções sociais regidas por leis gerais, basicamente aquelas que estabelecem os direitos de propriedade e troca entre indivíduos, e por estatutos específicos com o objetivo de restringir ou ampliar o conjunto de transações possíveis para determinados bens ou serviços. Na base das regras que moldam as operações dos mercados, encontramos o sistema de atribuição de direitos, que define os termos mais gerais da contratação voluntária de recursos entre os membros de uma sociedade”. O objetivo desta interferência do setor público na economia é que sejam criadas leis e regulamentos capazes de definir limites claros para que os contratos possam ser válidos.

Assim, ainda conforme Gremaud *et al.* (2012), “a alocação de recursos na sociedade está sempre associada ao sistema de atribuição de direitos. O sistema de atribuição de direitos tem como principal função atribuir, aos titulares dos ativos, autoridade de escolher o uso específico desejado entre uma classe de usos possíveis e não proibidos, bem como de impedir que outros tenham acesso a esses recursos, ou seja, que tal atribuição seja exclusiva do titular”.

Portanto, mesmo que se advogue pelo Estado mínimo, é importante enfatizar que este não é desnecessário, tem sua razão de existir: zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas e pensar soluções para as falhas de mercado.

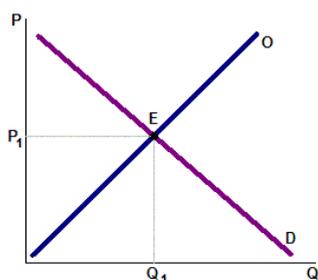
Para entender melhor o papel do Estado, assista ao vídeo abaixo.



3. Recursos do Governo

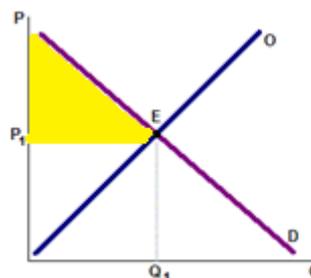
Como vimos, em princípio o governo ou Estado não é capaz de, sozinho, gerar riqueza. Isto cabe à iniciativa privada. Ao setor público cabe a missão de zelar para que a economia seja eficiente. Mas, se o Estado, primordialmente, não possui recursos próprios, ele precisa buscar, na iniciativa privada, sua fonte de receita. É por meio dos tributos que o governo garante que tenha dinheiro para arcar com seus gastos. Mas como essa interferência do governo afeta as relações entre consumidores e empresas? Para responder a essa pergunta, voltemos ao conceito de demanda e oferta.

Quando, em uma economia, olha-se a curva de demanda em conjunto com a curva de oferta, temos a seguinte situação:

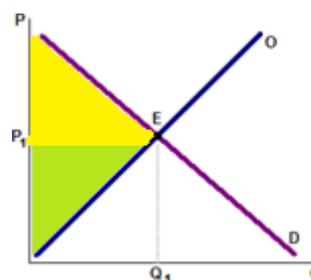


No ponto E temos a economia em equilíbrio, e podemos perceber que o preço de equilíbrio P_1 é o me-

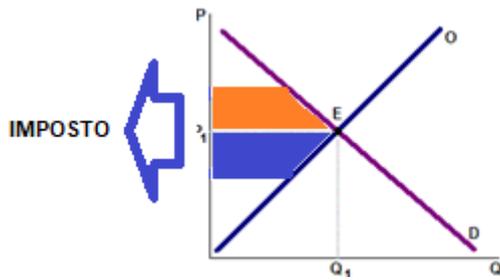
nor preço que todos os que compraram Q_1 desejavam pagar. Isso quer dizer que alguém estava disposto a gastar mais do que P_1 , mas essa pessoa se beneficiou porque o mercado encontrou seu equilíbrio em P_1 . Como resultado, toda a área amarela da figura abaixo pode ser interpretada como um benefício que a existência do livre mercado traz aos consumidores, que se beneficiam por pagar um preço de equilíbrio mais baixo do que a utilidade que o bem lhe traz. A esta área damos o nome de *excedente do consumidor*.



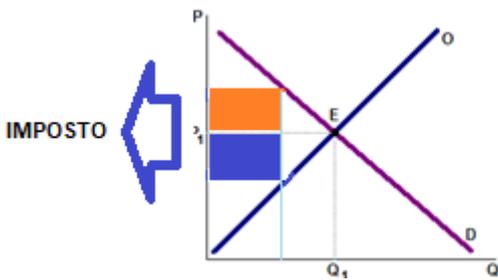
O mesmo acontece com a oferta. O preço de equilíbrio P_1 é o maior preço que todos os que venderam Q_1 desejavam receber. Isso quer dizer que alguém estava disposto a receber menos do que P_1 , mas esse empresário se beneficiou porque o mercado encontrou seu equilíbrio em P_1 . Como resultado, toda a área verde da figura abaixo pode ser interpretada como um benefício que a existência do livre mercado traz aos produtores, que se beneficiam por vender por um preço de equilíbrio mais alto do que esperavam. A esta área damos o nome de *excedente do produtor*.



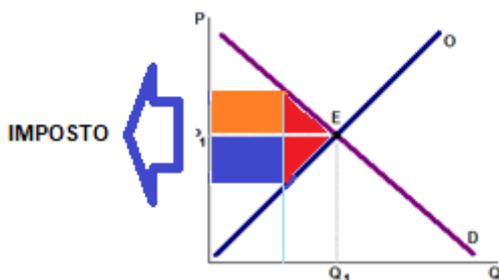
Quando o governo institui um imposto, o que acontece é que ele desloca o equilíbrio, e o preço pago pelo consumidor é maior do que aquele que é recebido pelo produtor. A diferença entre os dois gera a receita tributária. Só que, como o governo interfere no equilíbrio, a nova quantidade de equilíbrio será menor do que Q_1 . Conseqüentemente, a aplicação do imposto faz o consumidor perder a área laranja do seu excedente, e o produtor perde a área azul do seu excedente.



Conforme a figura a seguir, a arrecadação corresponde à soma das áreas laranja e azul, pois representa a diferença de preço entre o valor pago pelo consumidor e o valor recebido pelo produtor, multiplicada pela nova quantidade de equilíbrio:



Comparando-se as duas últimas figuras, percebe-se que a área vermelha, abaixo representada, em parte se perde, pois nem toda a arrecadação do governo é revertida para o conjunto da sociedade sob a forma de serviços prestados, dada a necessidade de financiamento da estrutura e operação do próprio Estado.



Isso indica que, por menor que seja a interferência do setor público, ele sempre irá gerar algum grau de ineficiência quando o setor privado financia sua existência.

Para entender de onde vem a arrecadação do governo, assista ao vídeo ao lado.

Reflexões

Impostos / Guetonomia #05

Alternativa:

Impostos, taxas, contribuições e tributos - o que são e para que servem

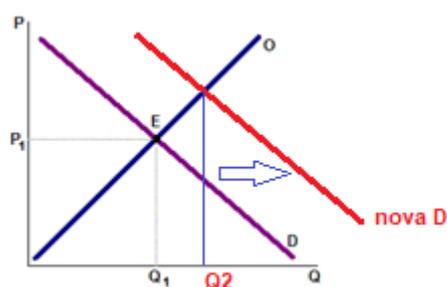
4. Política Fiscal e Política Monetária

A atuação governamental é sempre polêmica. Há correntes de economistas que acreditam que as economias precisam ser constantemente monitoradas pelos governos, enquanto outras acreditam que as economias devem ser o mais autônomas possível. Podemos fazer uma analogia com as diferentes visões sobre o que é correto na educação dos filhos: mesmo que se acredite que é função dos pais estar constantemente zelando pelo bem estar de seus filhos, há quem acredite que quanto mais próximo os pais estiverem, melhor será para os filhos, enquanto há quem julgue que quanto mais independente for a criança, mais bem sucedida ela será.

Já sabemos de onde vêm os recursos do setor privado. Mas, então, como se dá a atuação do governo? Essa atuação pode ser através de política fiscal ou de política monetária.

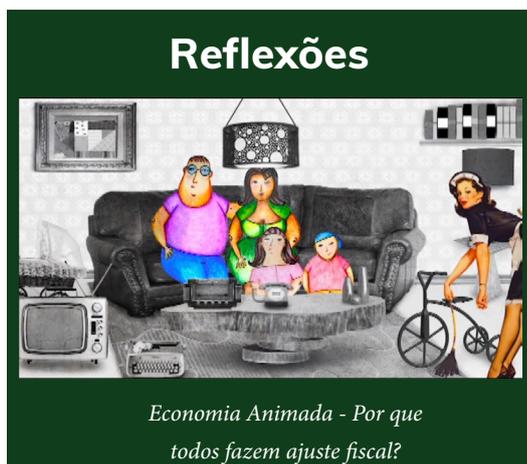
A política fiscal pode ser definida como a atuação do governo sobre seus gastos (G) ou sobre os tributos (T). E pode ter o intuito de promover o crescimento econômico (política fiscal expansionista) ou de controlar pressões inflacionárias (política fiscal contracionista).

As políticas fiscais expansionistas resumem-se a duas: aumento de G (pode ser com contratação de obras, com a promoção de concursos públicos ou políticas de renda como o bolsa família) ou redução de T (com redução de alíquotas de imposto de determinados específicos, como é o caso dos alimentos da cesta básica, ou como já ocorreu com os setores de automóveis e de móveis). Estas políticas têm o efeito de estimular o consumo, aumentando a demanda e promovendo um deslocamento da curva de demanda para a direita. Isso, em teoria, tende a deslocar o equilíbrio para um ponto onde a produção é maior, conforme a figura a seguir.



As políticas fiscais contracionistas são aquelas que incluem redução de gastos do governo e/ou aumento de tributos. Neste caso, o setor público utiliza estes instrumentos para frear a economia e, normalmente, estão associados a situações onde se deseja fazer algum controle inflacionário. Este é um dos poucos motivos que normalmente existem para que haja incentivo à contenção da economia.

Para entender melhor política fiscal, assista ao vídeo abaixo.



Por política monetária entendemos a atuação do Banco Central para alterar a oferta de moeda. Existem três principais instrumentos de política monetária: reservas obrigatórias (reservas a partir dos depósitos à vista que os bancos comerciais são obrigados pelos bancos centrais a guardar para atender ao movimento de caixa), operações de mercado aberto (*open market*, vendas ou compras, por parte do Banco Central, de títulos do governo no mercado de capitais) e política de redesconto (o Banco Central empresta fundos líquidos aos bancos por meio de empréstimos diretos ou por meio de redesconto de títulos).

A atuação do Banco Central pode ser no sentido expansionista (quando o governo deseja estimular a demanda agregada) ou contracionista (quando o objetivo é contrair a demanda agregada).

Chamamos de política monetária expansionista o aumento da oferta de moeda. Este tipo de política normalmente é escolhido quando existe necessidade de se expandir o PN ou o PIB. Os principais meios de se implementar política monetária expansionista são: aumento das emissões de moeda, diminuição da taxa de compulsório, recompra de títulos públicos e diminuição da regulamentação no mercado de crédito.

Chamamos de política monetária contracionista a redução da oferta de moeda. Neste caso, estamos interessados em diminuir pressões inflacionárias.

Mas, afinal, como funciona a política monetária de um país? Para entender melhor sobre o assunto, assista ao vídeo abaixo.

A economia muitas vezes encontra-se em situações em que as políticas de intervenção são ineficazes. Uma



delas é a situação chamada de *crowding out* (“Expressão em inglês que significa ‘efeito deslocamento’. É utilizada geralmente para designar uma situação em que os gastos governamentais deslocam algum outro componente dos gastos, embora sem alterar a despesa agregada”. Sandroni, 2008). Quando esta ocorre, qualquer aumento de gastos públicos terá como

contrapartida uma diminuição dos gastos privados, de modo que a política fiscal perde totalmente o seu efeito.

Outra situação atípica é a chamada *armadilha da liquidez*: neste caso, a taxa de juros está em um nível tão baixo que qualquer ampliação da oferta de moeda será retida pelo público e, portanto, a política monetária será ineficaz.

No Brasil o principal meio de mudar a política monetária é mexer na taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), um índice que serve de parâmetro para os bancos brasileiros e pode ser definido como o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central do Brasil para atingir a meta das taxas de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

lo, 2010.

VARIAN, H. R. *et al.* *Microeconomia, princípios básicos: uma abordagem moderna*. 9ª ed. Campus: Rio de Janeiro, 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia: micro e macro*. 6ª ed. Atlas: São Paulo, 2015.

WESSELS, W. J. *Economia*. 3ª ed. Saraiva: São Paulo, 2010.

Enfim

Nesta aula discutimos o papel do Estado e do governo, enfatizando que a literatura econômica é marcada por visões divergentes quando se trata da intervenção política na economia. Vimos que o grau de autonomia da economia frente à política está longe de ser um assunto apenas acadêmico, mas também de grande interesse dos agentes econômicos e dos atores políticos.

Referências Recomendadas

DORNBUSCH, R.; FISHER, S.; STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. MacGraw-Hill: Rio de Janeiro, 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* *Manual de Economia*. 6ª ed. Saraiva: São Paulo, 2012.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TUNETO JR., R. (orgs.). *Manual de Economia*. 7ª ed. Saraiva: São Paulo, 2017.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 21ª ed., reest., atual. e ampl. Atlas: São Paulo, 2016.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. 4ª ed. Record: Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, P. *Aprender Economia*. Contexto: São Pau-

Atividades

1. Qual dos instrumentos a seguir é um exemplo de política monetária expansionista?

- a. Aumento na emissão de papel moeda.
- b. Aumento da taxa de juros.
- c. Aumento da taxa de câmbio.
- d. Redução dos salários dos servidores públicos.
- e. Redução dos impostos pagos para aquisição de automóveis.

2. Qual dos instrumentos a seguir é um exemplo de política monetária contracionista?

- a. Aumento na emissão de papel moeda.
- b. Aumento da taxa de juros.
- c. Aumento da taxa de câmbio.
- d. Redução dos salários dos servidores públicos.
- e. Redução dos impostos pagos para aquisição de automóveis.

3. Qual dos instrumentos a seguir é um exemplo de política fiscal expansionista?

- a. Aumento na emissão de papel moeda.
- b. Aumento da taxa de juros.
- c. Aumento da taxa de câmbio.
- d. Redução dos salários dos servidores públicos.
- e. Redução dos impostos pagos para aquisição de automóveis.

4. Qual dos instrumentos a seguir é um exemplo de política fiscal contracionista?

- a. Aumento na emissão de papel moeda.
- b. Aumento da taxa de juros.
- c. Aumento da taxa de câmbio.
- d. Redução dos salários dos servidores públicos.
- e. Redução dos impostos pagos para aquisição de automóveis.

Gabarito

Questão nº 1

Opção B: incorreta, porque representa política monetária contracionista.

Opção C: incorreta, porque representa política cambial.

Opção D: incorreta, porque representa política fiscal contracionista.

Opção E: incorreta, porque representa política fiscal expansionista.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a A.

Questão nº 2

Opção A: incorreta, porque representa política monetária expansionista.

Opção C: incorreta, porque representa política cambial.

Opção D: incorreta, porque representa política fiscal contracionista.

Opção E: incorreta, porque representa política fiscal expansionista.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a B.

Questão nº 3

Opção A: incorreta, porque representa política monetária expansionista.

Opção B: incorreta, porque representa política monetária contracionista.

Opção C: incorreta, porque representa política cambial.

Opção D: incorreta, porque representa política fiscal contracionista.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a E.

Questão nº 4

Opção A: incorreta, porque representa política monetária expansionista.

Opção B: incorreta, porque representa política monetária contracionista.

Opção C: incorreta, porque representa política cambial.

Opção E: incorreta, porque representa política fiscal expansionista.

Resposta Correta: por exclusão, a única opção correta é a D.

DO MERCANTILISMO AO LIBERALISMO



Organização dos Estudos

Vamos aprofundar alguns conhecimentos sobre os conceitos e doutrinas da Economia Política, estudando o período que vai do século XVI (Mercantilismo) ao século XIX (Liberalismo Clássico), e que de alguma forma ainda exercem influência em nossos dias.

É importante destacar que faremos uma abordagem resumida dos temas e, portanto, nossa orientação é que consulte outras fontes confiáveis. A pesquisa e o investimento de tempo fazem parte processo formativo em qualquer área do conhecimento.

Bons estudos!

Objetivos de Aprendizagem

- Definir conceitos e doutrinas da Economia Política, com foco no período que vai do Mercantilismo (século XVI) ao Liberalismo Clássico (século XIX).
- Aplicar conceitos clássicos e doutrinas da Economia Política na busca de interpretações consistentes do atual cenário mundial.

Contextualização

- Hoje, mais do que em qualquer momento anterior, muito se discute não apenas sobre a intervenção do Estado na economia, desde os setores em que tal intervenção pode — ou deve — ou não ocorrer, mas também sobre o comércio entre os países e blocos econômicos e ainda a ação de organizações e fóruns internacionais, que às vezes podem até pretender se sobrepor à soberania legítima dos Estados.
- Entretanto, se a discussão hoje é intensa, nem por isso é nova. E é nas doutrinas que vamos conhecer que estão as origens das ideias e políticas de governos que hoje estão em debate e aplicação.

1. O Mercantilismo

O Mercantilismo era a política econômica dos Estados nacionais modernos, absolutistas ou não, e consiste em práticas intervencionistas, ou seja, caracterizadas por forte intervenção do Estado na economia. Estas práticas visavam o fortalecimento e o enriquecimento do Estado, e se apoiavam em cinco bases:

Metalismo: a acumulação de metais preciosos e a ideia de que quanto maior for a arrecadação do Estado, mais forte e rico ele será. Ou seja, a riqueza de um Estado era avaliada pela quantidade de metais preciosos em seu poder. O estado europeu que mais enriqueceu no século XVI foi a Espanha, já que encontrou metais preciosos (ouro e prata) em suas colônias na América.

Protecionismo: visava proteger a produção nacional da concorrência estrangeira, especialmente com o aumento das tarifas alfandegárias sobre produtos importados, o que levava indiretamente à retenção dos metais preciosos. Se o Estado conseguisse inibir a importação e estimular a exportação, alcançaria uma balança comercial favorável, que é a terceira base do mercantilismo.

Balança comercial favorável: representada pelo saldo positivo nas relações comerciais, ou seja, as exportações superando as importações.

Monopólios: concessão a particulares de exclusividade sobre a exploração ou comércio de determinados produtos.

Exploração colonial: enriquecimento a partir das colônias, que só podiam comprar da metrópole e vender somente a esta.

O Mercantilismo deu-se na Espanha, na França, na Inglaterra e em Portugal. Na Espanha chamou-se *Bullionismo*. Destacava-se pela acumulação de metais, visto terem encontrado metais preciosos em suas colônias muito rapidamente.

Na França chamou-se *Colbertismo*. Foi o mercantilismo industrial com a produção de porcelanas, tecidos, perfumes e artigos de luxo. Jean-Baptiste Colbert, ministro das finanças francês, ciente de que a França não iria conseguir alcançar o nível de produção da Inglaterra, a potência industrial da época, preferiu direcionar a manufatura francesa para produtos com alto

valor agregado, estratégia econômica que tem reflexos no mercado francês até hoje.

O chamado *Mercantilismo Comercial* foi uma das grandes marcas da economia britânica nessa época. Os ingleses empreenderam a construção de uma poderosa frota de navios capaz de navegar por grandes distâncias e conseguir mercadorias no mundo oriental. Os comerciantes britânicos obtinham lucro comprando mercadorias a um custo muito baixo e revendendo-as a um valor muito maior. O investimento no comércio marítimo por companhias comerciais e o estímulo à atividade corsária (pirataria com autorização estatal) foram mecanismos do enriquecimento inglês.

O mercantilismo português se pautava na exploração colonial, visto que os portugueses não encontraram de forma imediata metais preciosos no Brasil, desenvolvendo uma exploração baseada inicialmente no extrativismo e na produção agrícola.

Entre os países mercantilistas, o mais eficiente em longo prazo foi a Inglaterra, que acumulou recursos para promover, no século XVIII, a Revolução Industrial.

BASES DO MERCANTILISMO:

- 1 - METALISMO;
- 2 - PROTECIONISMO;
- 3 - BALANÇA COMERCIAL FAVORÁVEL;
- 4 - CONCESSÃO DE MONOPÓLIOS;
- 5 - EXPLORAÇÃO COLONIAL.

O Mercantilismo em princípio parece simplista, mas trouxe um conjunto de propostas que perduraram ao longo dos séculos seguintes e até hoje. A importância do papel do Estado no desenvolvimento econômico, utilizando principalmente seu poder de intervenção para estimular a indústria, é uma ideia forte, como observamos no caso dos Tigres Asiáticos na década de 1980, da China mais recentemente, e do Brasil no período 2003-2014.

A associação entre Estado e empresas para a consecução de objetivos comuns, o crescimento da economia e de empresas fortes e competitivas estimula a produção de bens industriais, produtos manufaturados,

gera renda e é uma ideia perfeitamente válida ainda hoje, tendo sido utilizada largamente pelos países asiáticos com bastante sucesso, levando-os a percorrer o caminho do crescimento e em alguns casos do desenvolvimento de forma relativamente rápida.

Uma crítica que se faz ao Estado intervencionista é aquilo que alguns autores definem como *Capitalismo de Compadrio*, ou seja, quando o Estado garante mercado, subsídios e proteção a determinadas empresas ou setores, entretanto isto não reflete em crescimento econômico. Isso ocorre em diversos países do mundo, como o Brasil, a Argentina e o México, em que essas práticas deram “mais ou menos” certo: levaram à industrialização, mas com muitos problemas relacionados à eficiência e eficácia de suas economias. Veja adiante a crítica do economista liberal João Luís Mauad:

O preço do diesel e o capitalismo de compadrio

No capitalismo de compadrio, o governo é capturado por grupos de interesses, que o utilizam para promover transferência de riqueza e status de uma parte da sociedade para os “amigos do rei”. Num processo lento, porém ininterrupto, castas influentes e bem articuladas obtêm privilégios especiais, contratos, empregos, benefícios fiscais, créditos baratos, resgates e proteções diversas, sempre às custas do imposto alheio. Não raro, depois de certo tempo, muitos dos empreendimentos financiados e protegidos pelo governo vão à bancarrota, deixando um rastro de prejuízos e dívidas para a sociedade. Por conta disso, diz-se que no capitalismo de Estado os lucros são privados, mas os prejuízos são públicos

O capitalismo de compadrio é tão antigo quanto a nossa própria República, e não precisamos procurar muito para ver como o sistema econômico brasileiro é dominado por ele.

In: revista *Exame*, 16/04/2019. Disponível em: <https://exame.com/blog/instituto-millennium/o-preco-do-diesel-e-o-capitalismo-de-compadrio/>

O Mercantilismo teve sua existência entre os séculos XV e XVIII, com desdobramentos até os dias de hoje. Mas já a partir do século XVII surgiram as primeiras críticas a este conjunto de ideias econômicas, formuladas pelos fisiocratas, de que trataremos a seguir.

2. A Escola Fisiocrata

A Escola Fisiocrata é considerada a expressão do pensamento econômico francês do século XVIII. Os fisiocratas acreditavam que o grande valor da riqueza de um país era derivado da terra, e que as riquezas no planeta eram fixas, não sendo possível a criação de riquezas com o comércio. A contribuição mais importante desses pensadores foi a ideia do *laissez-faire*, ou “deixe fazer”, de onde partia a lógica do *Estado mínimo*, priorizando o livre-mercado. Essa teoria seria muito utilizada na Inglaterra para a fundamentação do liberalismo econômico, influenciando Adam Smith e os demais economistas clássicos.

Esses economistas franceses enfatizavam a importância do trabalho produtivo, e particularmente da agricultura, para a riqueza de uma economia. Seus principais representantes foram Anne Robert Jacques Turgot, François Quesnay, Pierre le Pesant de Boisguilbert e Richard Cantillon.

A principal característica das ideias econômicas dos fisiocratas é o respeito às leis naturais que regulam a economia, sendo contrários a qualquer tipo de intervenção estatal. No mercado, os preços devem ser regulados pela lei da oferta e procura e, portanto, eles defendiam o livre comércio, com pouquíssima ou nenhuma interferência do Estado, cabendo a este a função de manutenção da ordem econômica e a proteção da propriedade privada. Sugeriam a adoção do imposto único, que incidiria sobre a propriedade de bens, a valorização das atividades agrícolas como fonte de riqueza das nações, e a adoção da abordagem sistemática para a teoria econômica, enaltecendo a valorização da capacidade de produção em vez do acúmulo de riquezas derivadas do comércio internacional.

3. O Liberalismo Clássico

Estavam então estabelecidas as bases para as mudanças estruturais, as enormes mudanças que o mundo experimentaria com a chegada em definitivo das ideias liberais.

O conceito de Liberalismo varia de acordo com cada sociedade em que é experimentado. Por tratar-se de uma doutrina político-econômica, recebe várias in-

terpretações. Nos EUA o termo refere-se de maneira geral à esquerda política; na Inglaterra, significa pouca interferência na economia; na França e na Alemanha representa a centro-direita; e de forma geral, na Europa e na América Latina, é visto como a não interferência do Estado na economia.

Surgiu como contestação aos estados absolutistas e às práticas mercantilistas, no século XVIII, com ideais revolucionários nos campos político, religioso e econômico. A ideia era garantir a liberdade de existir, liberdade de crescer, estudar, exercer sua cidadania, trabalhar etc. Defendia a liberdade individual contra as doutrinas coletivistas, em que o indivíduo era parte de uma engrenagem.

Seu primeiro grande teórico foi John Locke, um filósofo inglês que se destacou em muitos campos, especialmente na epistemologia ou teoria do conhecimento, na política, na educação e na medicina. Em meio ao absolutismo e aos conflitos religiosos da Europa de seu tempo, Locke entendia a liberdade, em todos os campos da vida humana — política, economia, religião —, como um dom divino:

A liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior na Terra e não depender da vontade ou da autoridade legislativa do homem, desconhecendo outra regra além da lei da natureza. A liberdade do homem na sociedade não deve estar edificada sob qualquer poder legislativo exceto aquele estabelecido por consentimento na comunidade civil; nem sob o domínio de qualquer vontade ou constrangimento por qualquer lei, salvo o que o legislativo decretar, de acordo com a confiança nele depositada.

John Locke, *Segundo Tratado sobre o Governo* (1689).

Paulo Sandroni oferece uma descrição sintética e precisa do Liberalismo:

Doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII, e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo, legislativo e judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o pro-

gresso social. Segundo o princípio do laissez-faire, não há lugar para a ação econômica do Estado, que deve apenas garantir a livre-concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada, quando esta for ameaçada por convulsões sociais. O pensamento econômico liberal constitui-se, a partir do século XVIII, no processo da Revolução Industrial, com autores como François Quesnay, estruturando-se como doutrina definitiva nos trabalhos de John Stuart Mill, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, J. B. Say e F. Bastiat.

Paulo Sandroni, *Dicionário de Economia*, pág. 486.

Vejamus então, de forma sintetizada, alguns dos principais ideais do Liberalismo:

Políticos

- Defesa das liberdades e direitos individuais: o liberalismo não reconhece direitos coletivos. O indivíduo é o agente das relações jurídico-sociais e detém direitos individuais e não coletivos.
- Liberdade de imprensa, de associação, de reunião, de religião.
- Estado Mínimo.
- Igualdade perante a lei: através da instituição do Estado de Direito. Todos são iguais perante a lei e tratados como iguais pelo Estado. Não existem privilégios.
- Governos representativos e constitucionais.

Sociais

- Reconhecimento do mérito. Ou seja, o lugar de cada um na sociedade depende diretamente do mérito individual. Há a pressuposição de igualdade de oportunidades, e alguns indivíduos possuem mais do que os outros em razão da diferença nos graus de talento e de esforço aplicado para o alcance dos objetivos.

Econômicos

- Reconhecimento da propriedade privada: o bem pode ser utilizado exclusivamente por quem o adquiriu. Não há espaço para a noção de função social da propriedade, ou seja, não há utilização ou obrigação de objetivos sociais para a propriedade privada.
- Livre Mercado: a economia se fundamenta na lei da oferta e da demanda. O Estado não pode intervir em nenhuma esfera da economia, não

pode intervir nos preços, nos salários ou nas trocas comerciais, tampouco corrigindo as falhas ou disparidades sociais causadas pela economia. O liberalismo coloca o livre mercado como o grande “regulador” da sociedade e as falhas se corrigirão naturalmente, através da “mão invisível” referida por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações*.

- Tributação mínima, principalmente no que concerne à carga tributária das empresas.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/liberalismo-o-que-e/> acessado em 02/08/2020.

4. A Escola Clássica

A chamada Escola Clássica nasceu com a publicação da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1776) — que é o grande clássico da economia de consumo e que muitos autores consideram como o marco do nascimento da economia — e se estende até o último quartel do século XIX.

A Escola Clássica tem duas vertentes bem diferentes: de um lado, autores como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mills, como uma visão bastante liberal na economia, e de outro um autor com pensamento completamente diferente, que é Karl Marx.

A visão liberal do capitalismo de Adam Smith defende que a riqueza das nações é proveniente do aumento da produtividade, da mão de obra, da capacidade do trabalhador de produzir mais bens ao longo de um determinado período. Seu raciocínio passa pela necessidade da expansão do mercado. Quanto maior o mercado, maior será a necessidade de atendimento às demandas. Da mesma forma, quanto menor o mercado, menor a possibilidade de divisão do trabalho. Surge então uma conclusão: um país será rico somente à medida em que seu mercado cresça e assegure a expansão da produção. Isso permite uma especialização maior dos trabalhadores e uma produtividade maior. A partir daí faz forte crítica às políticas mercantilistas, até então tão praticadas e baseadas em diversas restrições, tarifas de importação e outras, e propõe políticas liberais.

Neste momento já vislumbramos uma maneira de pensar a economia de forma mais sistemática. Sugere a *teoria do valor-trabalho*, que Smith desenvolve na tentativa de explicar a forma de medir a origem do

valor, que seria baseado no número de horas de trabalho necessário para produzir determinado produto e é ponto fundamental dessa teoria liberal.

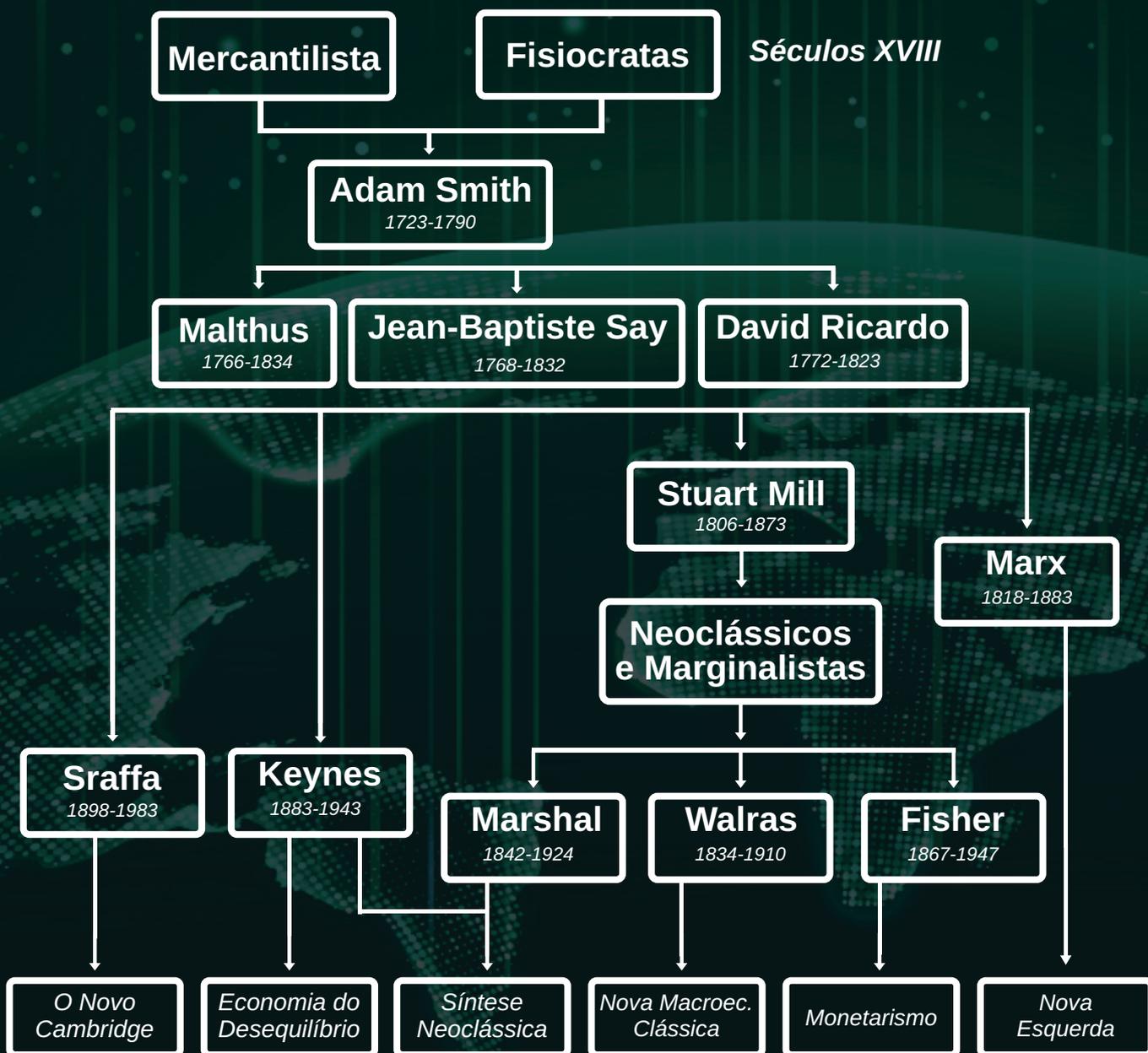
Sugere também a ideia de que a economia funciona basicamente com base em agentes econômicos, as empresas. Empresários são pessoas racionais e egoístas, e como a nossa alimentação não pode se basear na bondade do padeiro, do açougueiro, do pedreiro e sim dos seus interesses econômicos, estes só vão produzir baseados na perspectiva de lucros que possam vir a ter. Faz crer que esses interesses econômicos, egoístas e racionais, guiados pela “mão invisível” do mercado, acabarão gerando o máximo de bem-estar econômico para a toda a sociedade.

Ainda na Escola Clássica, temos a visão de Karl Marx, com uma radicalização da teoria do valor do trabalho, pretendendo demonstrar que o capitalismo é essencialmente explorador e desigual, promovendo a exploração da mão de obra do proletariado. Marx defende que o capitalismo é estruturalmente instável e tem frequentes crises econômicas, problemas sérios de desemprego e concentração de renda, e que a única possibilidade da humanidade resolver esse problema seria através da transição para um novo tipo de sociedade, a socialista. Nela haveria a estatização dos meios de produção, que deixariam de ser propriedade privada, através da revolução camponesa e operária, promovendo a mudança profunda do próprio modo de produção.

O quadro adiante, elaborado por Emilliani Ferreira Alves da Silva, sintetiza a genealogia das teorias econômicas, do século XVI ao século XX.

Genealogia das Teorias Econômicas

Séculos XVI - XVII - XVIII



Fonte: UFCG / economia política/Emilliani Ferreira Alves da Silva

Enfim

Vimos algumas características básicas das mais importantes escolas econômicas existentes no mundo ocidental entre os séculos XVI e XIX. Tratamos inicialmente do Mercantilismo, doutrina dominante entre os principais Estados nacionais europeus nos séculos XVI e XVII, e que se baseava na premissa de que as nações mais ricas seriam aquelas que tivessem maior quantidade de metais preciosos acumulados — de onde surgiram práticas diversas, tais como a taxação de produtos importados, implantação de monopólios comerciais e coloniais, estímulo à indústria nacional e outros. Vimos que a Escola Fisiocrata, surgida na França no século XVIII, acreditava que a riqueza de um país era derivada unicamente da terra, não sendo possível a criação de riquezas com o comércio ou indústria. Esta escola foi criticada pelo Liberalismo Clássico, que marcou os séculos XVIII e XIX, e tinha como principal fundamento econômico a não intervenção estatal na economia. A teoria liberal embasou o trabalho dos economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX (Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill), e foi criticada pelos economistas socialistas, como Karl Marx.

(1689). Edipro: São Paulo, 1ª ed. 2014.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TUNETO JR., R. (organizadores). *Manual de Economia*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 21ª ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. 4ª ed. Record: Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, P. *Aprender Economia*. São Paulo: Contexto, 2010.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia: micro e macro*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WESSELS, W. J. *Economia*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Referências Recomendadas

FEIJÓ, Ricardo. *História do pensamento econômico*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FISHER, Stanley; STARTZ, Richard, DORNBUSCH, Rudiger. *Macroeconomia*. 10ª ed. Macgraw-Hill: Rio de Janeiro, 2009.

GALBRAITH, John K.; SALINGER, Nicole. *A economia ao alcance de quase todos*. 33ª ed. Coleção Novos Umbrais, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1976.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*

Atividades

1. O mercantilismo correspondeu a:

- um conjunto de práticas e ideias econômicas baseadas em princípios protecionistas.
- uma teoria econômica defensora das livres práticas comerciais entre os diversos países.
- um movimento do século XVII que defendia a mercantilização dos escravos africanos.
- uma doutrina econômica defensora da não intervenção do Estado na economia.
- uma política econômica, especificamente ibérica, de defesa de seus interesses coloniais.

2. Mercantilismo é um termo que foi criado pelos economistas alemães da segunda metade do século XIX para denominar o conjunto de práticas econômicas dos Estados europeus nos séculos XVI e XVII.

Das alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO indica uma característica do mercantilismo.

- Busca de uma balança comercial favorável, ou seja, a superação contábil das importações pelas exportações.
- Intervencionismo do Estado nas práticas econômicas, através de políticas monopolistas e fiscais rígidas.
- Crença em que a acumulação de metais preciosos era a principal forma de enriquecimento dos Estados.
- Aplicação de capitais excedentes em outros países para aumentar a oferta de matérias-primas necessárias à industrialização.
- Exploração de domínios localizados em outros continentes, com o objetivo de complementar a economia metropolitana.

3. No contexto do mercantilismo, o que significava o Exclusivo Colonial?

- significava a determinação de que a metrópole não poderia intervir naquilo que era produzido na Colônia.
- significava que as práticas comerciais só poderiam ser efetivamente exercidas nos domínios das Colônias.
- significava que as práticas de exploração de matérias-primas não poderiam exceder os limites de uma pequena quantidade por semana.
- significava a determinação de que aquilo que era produzido na Colônia só poderia atender ao consumo de quem nela vivia.
- significava a determinação de que aquilo que era produzido na colônia só poderia ser explorado pela metrópole que sobre ela tinha domínio.

4. Assinale a opção em que se encontra corretamente identificado um dos preceitos fundamentais da Fisiocracia:

- “O ouro e a prata suprem as necessidades de todos os homens”.
- “Os meios ordinários, portanto, para aumentar nossa riqueza e tesouro são o comércio exterior”.
- “Que o soberano e a nação jamais se esqueçam de que a terra é a única fonte de riqueza e de que a agricultura é que a multiplica.”
- “Todo comércio consiste em diminuir os direitos de entrada das mercadorias que servem às manufaturas interiores (...)”.
- “As manufaturas produzirão benefícios em dinheiro, o que é o único fim do comércio e o único meio de aumentar a grandeza e o poderio do Estado”.

5. *“Que nunca percam de vista o Soberano e a Nação o fato de a terra ser a única fonte das riquezas e que a agricultura as multiplica. Que a propriedade dos bens de raiz e das riquezas mobiliárias seja assegurada aos seus possuidores legítimos, pois a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da Sociedade”* (QUESNAY, François. *Maximes Generales du Government Economique*).

François Quesnay, médico do rei francês, lançou as bases do pensamento liberal fisiocrata, o qual:

- preconizava que o aumento populacional determinava a escassez de recursos naturais e, conseqüentemente, crises de abastecimento;
- relacionava a necessidade de se manter a ordem socioeconômica ao montante de investimentos industriais;
- explicitava as aspirações das massas camponesas que tentavam destruir o feudalismo;
- defendia a valorização da nobreza territorial, a supremacia e a centralização do poder real;
- defendia as aspirações burguesas e criticava a intervenção estatal na vida econômica.

6. *“Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavaleiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um frequentemente vê seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro; o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos e disposições em toda espécie de atividade. O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso; o cavaleiro rural, um tímido em seus empreendimentos...”* (Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, Livro III, capítulo 4).

Neste pequeno trecho, Adam Smith:

- contrapõe lucro à renda, pois geram racionalidades e modos de vida distintos.
- mostra as vantagens do capitalismo comercial em face da estagnação medieval.
- defende a lucratividade do comércio contra os baixos rendimentos do campo.
- critica a preocupação dos comerciantes com seus lucros e dos cavaleiros com a ostentação de riquezas.
- expõe as causas da estagnação da agricultura no final do século XVIII.

7. A frase *Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même* (“Deixe fazer, deixe passar, o mundo vai por si mesmo”), atribuída a Vincent de Gournay, é considerada o emblema da fisiocracia. Essa frase sugere que:

- o mundo precisa ser governado pelas forças da natureza em todas as instâncias. O homem não deve interferir na ordem natural do mundo.
- o autor defende a posição intervencionista da economia mercantilista.
- a iniciativa privada é nociva à economia.
- a livre iniciativa das pessoas e a livre ação dentro do mercado garantem o bom funcionamento da economia.
- não há liberdade no êxito da economia, portanto os homens não devem se preocupar com o futuro do mundo e “deixá-lo passar”.

8. O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

“Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade” (Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991).

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- a origem do governo como uma propriedade do rei.
- o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

Atividades

Questão nº 1 (FGV)

Resposta Correta: A

Comentário: A prática econômica do mercantilismo, desenvolvida na Europa entre os séculos XV e XVIII, tinha como principais estratégias, que eram articuladas por princípios protecionistas em relação à riqueza nacional: aperfeiçoar a produção manufatureira, fomentar o comércio e acumular metais. Essas medidas visavam a alcançar uma balança comercial favorável, ao enriquecimento do Estado e ao fortalecimento da monarquia.

Questão nº 2 (UFV)

Resposta Correta: D

Comentário: O sistema mercantilista não aplicava capital excedente em outros países, mas explorava as matérias-primas das colônias. Além disso, a industrialização só se intensificou de fato em meados do século XVIII e no século XIX, quando o sistema capitalista já havia superado o mercantilismo e, no âmbito político, quando o absolutismo monárquico já havia entrado em crise após as revoluções burguesas.

Questão nº 3

Resposta Correta: E

Comentário: O exclusivo colonial era a forma que as metrópoles desenvolveram de impedir que os seus domínios de exploração pudessem sofrer investidas comerciais de outras nações. Essa prática assegurava a política do protecionismo econômico.

Questão nº 4 (PUC-Rio)

Resposta Correta: C

Comentário: O princípio básico de compreensão do fenômeno da produção de riqueza, para os fisiocratas, consistia no fato de que a verdadeira fonte de riqueza estava na extração do que a natureza podia fornecer e no cultivo de bens comportados pela própria natureza.

Questão nº 5 (CESGRANRIO/RJ)

Resposta Correta: E

Comentário: Quesnay foi um dos principais expositores da fisiocracia. Para esse teórico, a terra — a natureza, de forma geral — constituía o principal fator para a produção de riquezas, e a defesa da propriedade privada seria uma condição básica para o enriquecimento das nações. Sua posição, nesse sentido, era radicalmente contrária à intervenção estatal, aproximando-se, nesse sentido, do pensamento liberal clássico.

Questão nº 6 (FUVEST)

Resposta Correta: A

Comentário: Adam Smith é conhecido por alguns estudiosos como o “pai” do liberalismo econômico. É claro que há outros grandes estudiosos, mas ele seria o precursor. Na alternativa “contrapõe lucro à renda, pois geram racionalidades e modos de vida distintos”, percebemos claramente sua visão de que o lucro é diferente de renda. O lucro é sempre expansivo e com limites audaciosos. A renda, por sua vez, tem pouca flexibilidade e vem quase sempre em mesma proporção.

Questão nº 7 (Disponível em: <https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br/exercicios-historia/exercicios-sobre-fisiocracia.htm#resposta-2203>)

Resposta Correta: D

Comentário: A frase de Gournay reflete integralmente os interesses dos fisiocratas, uma vez que o princípio da livre ação no âmbito do mercado e da produção de bens deve ser o motor principal da economia. Esse princípio tornou-se também o lema dos liberais clássicos.

Questão nº 8 (ENEM)

Resposta Correta: D

Comentário: John Locke propõe que o governo, o Estado, viria como um meio amparador dos direitos do cidadão. Seria algo a que pudéssemos recorrer caso nossas prerrogativas fossem feridas. Porém, este governo não deveria agir no âmbito econômico, pois esse plano é autônomo e age por si só.

A ECONOMIA CAPITALISTA E A ECONOMIA SOCIALISTA



Organização dos Estudos

Nesta aula abordaremos a economia contemporânea, destacando a polarização entre a economia capitalista e a economia socialista ao longo do século XX. O *Welfare State* (ou Estado do Bem-Estar Social) e o liberalismo moderno também serão objetos de apreciação, pois as crises das economias capitalistas e das economias socialistas ensejaram variadas respostas históricas nas diferentes sociedades, tanto na esfera econômica quanto na política.

É importante destacar que faremos uma abordagem resumida dos temas, que são complexos, e, então, nossa orientação é para que consulte outras fontes confiáveis. A pesquisa e o investimento de tempo fazem parte processo formativo em qualquer área do conhecimento.

Bons estudos!

Objetivos de Aprendizagem

- Identificar as principais características das economias capitalistas e das economias socialistas, inclusive posições intermediárias, como o chamado *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social).
- Aplicar conceitos econômicos e políticos na interpretação das questões sociais e do jornalismo cotidiano nas áreas política e econômica.

Contextualização

O século XX foi marcado pela oposição entre o capitalismo e o socialismo. Em 1917, com a Revolução Russa, tivemos a primeira experiência histórica do socialismo. No fim da década de 1980 e início da década de 1990, com a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), o mundo ganhou novos contornos, indicando, possivelmente, o fim de uma era.

Para ficarmos na análise econômica do período, é importante destacarmos a consolidação do capitalismo industrial, a emergência e a consolidação do socialismo, a crise do capitalismo em 1929, o *Welfare State* e o liberalismo moderno. Em cada um dos casos, a relação entre a economia e a política suscitou (e suscita) debates acalorados, pois a maior ou menor presença do Estado na economia não é uma questão trivial, e provoca efeitos significativos na sociedade.

Antes de prosseguirmos, leia as três reportagens indicadas aqui com bastante atenção:

Bipolaridade: Capitalismo X Socialismo. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/bipolaridade-capitalismo-socialismo.htm>

Estado do bem-estar social - História e crise do Welfare State. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm>

O que é neoliberalismo? Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>

1. O Capitalismo

O capitalismo surgiu na Europa Ocidental ao final da Idade Média, suplantando o feudalismo, e é uma das marcas da Idade Moderna, tendo influenciado a formação dos Estados Nacionais, o desenvolvimento da ciência moderna, a expansão ultramarina europeia e até mesmo a Reforma Protestante. Seu surgimento e disseminação foram progressivos, tendo se iniciado a partir de uma progressiva melhoria da produtividade dos feudos, por volta dos séculos XII a XIV, que permitiu que excedentes de alimentos e de mão de obra provocassem um renascimento comercial e urbano. Sua primeira fase, assim, foi o *capitalismo comercial*, fundamentado no ganho de capital por meio da atividade de se comprar um produto onde este era abundante e vendê-lo onde era escasso.

Nos séculos XV a XVIII, o capitalismo foi se tornando dominante na Europa Ocidental, sendo que em outras áreas da Europa, das Américas, da África e da Ásia persistiam, além do feudalismo, outros sistemas econômicos — como os escravistas, baseados na exploração de seres humanos capturados (desde a mais remota antiguidade, no Ocidente e no Oriente, e que

duraram, em alguns casos, até o final do século XIX, como no Brasil); e coloniais, baseado na exploração de outros territórios (que persistiram até a segunda metade do século XX).

A partir do século XIX, entretanto, o capitalismo atravessou várias etapas, marcadas pelo predomínio da indústria (*capitalismo industrial*, predominante no século XIX), do sistema bancário (*capitalismo financeiro*, predominante na segunda metade do século XX) e da indústria da informação e do entretenimento (*capitalismo informacional*, que vem marcando o século XXI, com as empresas “pontocom” superando o valor de tradicionais marcas industriais ou financeiras).

Mas, afinal, o que é *capitalismo*?

Muitas pessoas confundem este termo com *dinheiro*, usando-o em frases como “estou sem capital para ir a um restaurante”.

O termo *capital*, entretanto, refere-se a *todo bem econômico aplicável à produção de outros bens ou serviços*, tais como edifícios, equipamentos, recursos financeiros e mesmo bens intangíveis, como a propriedade intelectual. Assim, o dinheiro *pode ser* capital — quando é investido na produção de bens ou prestação de serviços que gerarão mais capital —, mas não necessariamente o é.

Podemos definir *capitalismo* como o sistema econômico (e o sistema político-social a ele integrado) que tem as seguintes características:

- economia de mercado;
- propriedade privada;
- acúmulo de capital.

A *economia de mercado* é regida pela lei da oferta e procura (ou demanda). Oferta é a quantidade disponível de um produto para venda, e demanda é o número de pessoas que desejam comprá-lo. Então, quanto menos oferta e mais compradores, mais valioso um produto é, e o inverso também é verdadeiro.

O sorvete é um produto muito consumido no Brasil, e pode exemplificar a lei da oferta e procura.

Um sorvete vendido no inverno nas praias cariocas tende a ser mais barato que o mesmo sorvete vendido no verão. Isso se dá porque no verão ocorre uma grande procura por sorvete, muitos consumidores desejam o produto, e então o preço sobe.

Já no inverno, poucos irão querer, e por isso os vendedores baixam os preços para conseguir vender.

Mas a quantidade de sorvete disponível também influencia o preço. Se houver uma grande produção — e, portanto, oferta — de sorvete, por exemplo pela chegada de novos vendedores ao mercado, isso contribui para que o preço do sorvete caia. Já quando a quantidade do sorvete é menor, por exemplo devido à falta de leite durante um período de estiagem, isso faz os preços subirem.

Assim, a lei da oferta e procura é como se fosse uma balança, que vai definindo e ajustando o preço dos produtos, levando-o ao ponto de equilíbrio.

Para existir um mercado saudável, é preciso que exista o *direito à propriedade*, o segundo fundamento do capitalismo. Vamos lembrar que “direitos” são princípios que definem e sancionam a liberdade de ação das pessoas no âmbito da sociedade, derivando da natureza racional do ser humano, e constituem uma condição necessária à sua sobrevivência. O direito à vida, que é anterior e superior a qualquer lei, é a fonte de todos os demais direitos, incluindo o direito à propriedade. Como as pessoas precisam trabalhar para sustentar-se, se elas não puderem dispor do produto de seus esforços, isso significa que elas não podem dispor de seus esforços; conseqüentemente, se elas não puderem dispor de seus esforços, elas então também não poderão dispor de sua vida. O que nos permite concluir que o direito à propriedade, imediatamente após o direito à vida, é aquele sem o qual nenhum outro direito pode ser exercido.

O terceiro fundamento do capitalismo é o *acúmulo de capital*, que se obtém pelo *lucro*, quando o dinheiro investido cresce com o tempo e permite à pessoa comprar mais e mais coisas.

Imagine: Ana é uma artesã que produz e vende bolsas de couro. Para a produção ela dispõe de alguns equipamentos e ferramentas simples. À medida que vende muitas bolsas, seu ganho pela venda do seu produto torna-se maior do que a quantia investida inicialmente na produção.

Essa diferença é o *lucro* obtido por Ana. A produtora de bolsas pode ainda investir esse lucro em equipamentos e ferramentas maiores e melhores, ganhar escala em seu negócio e gerar mais lucro.

Como sabemos, o capital de Ana é constituído por seus equipamentos, ferramentas e o dinheiro que investe em sua produção, obtendo lucro.

Adam Smith, um dos maiores pensadores da história da economia e considerado pai do liberalismo, diria que Ana produz e vende bolsas para suprir as suas

próprias necessidades e buscar o seu próprio interesse. Já os consumidores compram as bolsas para atender às suas necessidades ou as de alguém (quem não gosta de ganhar uma bela bolsa?). Portanto, tanto Ana como seus clientes estão perseguindo seus próprios interesses, mas, no fim das contas, ambos se ajudam.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses.

Adam Smith, *A Riqueza das Nações*.

Para Adam Smith o capitalismo tem tanto êxito porque as pessoas são livres para perseguirem seus próprios interesses e ganhos. O lucro é conseguido quando alguém atende à necessidade de outra pessoa com algum bem ou serviço.

2. O Socialismo

Ao contrário do capitalismo, que surgiu de maneira espontânea e somente séculos depois foi teorizado, o *socialismo* surgiu como uma teoria política que buscava se opor ao capitalismo, propondo uma nova organização econômica, política e social supostamente mais igualitária e menos competitiva, o que não se verificou historicamente.

O principal proponente do socialismo foi Karl Marx, que com Friedrich Engels desenvolveu, no último quarto do século XIX, a teoria que posteriormente seria aplicada por Vladimir Ilyich Lenin e outros na Revolução Russa de 1917. Naquele país, que em seguida passou a conquistar países vizinhos e constituiu-se como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi colocada em prática a teoria da *ditadura do proletariado*, e durante pouco mais de 70 anos o sistema econômico vigente foi o socialista (que, segundo Marx, seria uma etapa no caminho rumo ao comunismo). Nesse período, o socialismo expandiu-se para todos os países do Leste Europeu, para a China e outros países da Ásia, para alguns países da África e para Cuba (que naquele momento foi um caso isolado, sendo que atualmente vários projetos de poder socialista estão em andamento na América Latina, por exemplo em estado mais adiantado na Nicarágua e na Venezuela, e menos adiantado na Argentina e no Brasil), rivalizando com o capitalismo

nos aspectos econômicos, geopolíticos e militares. A implantação e manutenção do socialismo no século XX custou mais de cem milhões de vidas dos próprios povos que teoricamente seriam beneficiados por esse sistema, entre eles o Holodomor (1932-33), o genocídio pela fome de milhões de ucranianos promovido pelo ditador socialista soviético Joseph Stálin.

Problemas intrínsecos e indissociáveis do socialismo na prática, como o autoritarismo, a ineficiência, a corrupção, a baixíssima quantidade e qualidade dos produtos industriais e a insuficiência da produção de alimentos, além da forte pressão exercida pelos países centrais do capitalismo, levaram ao final da ditadura soviética entre os anos 1989 e 1991, com a queda do Muro de Berlim e a desintegração da União Soviética.

Mas o que propunha o socialismo, afinal?

Na teoria do comunismo, no rumo do qual o socialismo seria uma etapa, não haveria a propriedade privada dos meios de produção, ou seja: todas as terras, indústrias e serviços pertenceriam ao Estado, e sua distribuição seria por este controlada, de maneira a supostamente fornecer a todos os cidadãos todo o necessário, ou seja, o Estado decidiria o que, em que quantidade e com qual qualidade os cidadãos satisfariam suas necessidades, sendo estas também definidas pelo Estado, ou seja, na prática, pela classe dirigente, seus familiares e aliados, que tinham um padrão de vida muitíssimo superior ao do povo, exatamente como no capitalismo que condenavam.

Na aplicação prática da teoria nos países socialistas, entretanto, surgiram severas distorções que não foram previstas por Marx e outros teóricos, sendo as principais delas a formação de uma casta de dirigentes privilegiados e o fim da concorrência industrial, que nos países capitalistas levou ao desenvolvimento de uma pujante e inovadora indústria de consumo, e cuja ausência levou ao empobrecimento geral dos países socialistas (que deixaram de concorrer no mercado mundial). Além disso, estas experiências foram conduzidas por governos autoritários, que embora falassem no benefício do conjunto da população, utilizavam práticas autoritárias e violentas de governo, tais como a censura, a identificação do governo com o Estado e a deste com a Nação (portanto ser contra o governo significa tornar-se inimigo do Estado e traidor da Nação), a prisão e execução de dissidentes, o sistema de partido único etc.

3. O Estado de Bem-Estar Social (Welfare State)

Os Estados de bem-estar social são vistos por alguns autores como promotores de uma melhor redistribuição da riqueza. A alta tributação é convertida em fornecimento de serviços públicos e gratuitos de educação e saúde, além de garantias tais como previdência, seguro-desemprego, licença maternidade e paternidade etc. O Estado de bem-estar social, embora tenha suas raízes nas políticas distributivas de Bismarck, em 1880, e em algumas experiências isoladas, como o New Deal de Roosevelt entre 1933 e 1937, firmou-se na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Os países escandinavos (Noruega, Suécia, Dinamarca) são os modelos mais invejáveis — quando menos, pela posição destes países na liderança do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que são seguidos por outros países que promoveram o Estado de bem-estar social.

No plano político, este sistema é defendido pelos partidos representantes da social-democracia. Por outro lado, muitos atores econômicos e políticos, assim como teóricos e acadêmicos identificados com o liberalismo moderno e outras posições político-ideológicas, colocam em questão a própria eficácia do Estado em implementar políticas públicas redistributivas.

Para os críticos de um possível Estado de bem-estar social no Brasil, o nosso legado patrimonialista, com origens já no mercantilismo e no sistema de capitania hereditárias no século XVI, provocaria uma mistura entre os interesses públicos e os interesses privados, sendo também uma das explicações para a corrupção, um assunto que virou pauta obrigatória dos debates sobre os rumos da sociedade brasileira, especialmente devido aos escândalos recentes conhecidos como “Mensalão” e “Petrolão”, e outros anteriores, como por exemplo “Coroa-Brastel” e “Capemi”.

Por outro lado, um caso bem-sucedido de ações de Estado de bem-estar social no Brasil foi a criação do Sistema Único de Saúde - SUS na Constituição de 1988, o qual, mesmo com deficiências e momentos melhores e outros nem tanto de atuação, vem assegurando a universalização do atendimento à saúde ao cidadão brasileiro.

Como nos Estados europeus de bem-estar social, que vêm enfrentando graves problemas com a questão da aposentadoria, havendo a cada ano um número cada

vez maior de aposentados para um número cada vez menor de trabalhadores, que são os que financiam o sistema, aqui no Brasil os sistemas de aposentadoria sempre privilegiaram o funcionalismo público, em detrimento do cidadão empregado na iniciativa privada, o que na prática cria um sistema de classes.

Para mais informações sobre os sistemas econômicos, assista o vídeo abaixo:

Reflexões

Economia de
MERCADO

SEM

Economia
PLANIFICADA

COM

Essa FLEXIBILIDADE de entendimento é importante, já que o...

Sistemas Econômicos - ECONOMIA 5.1

Enfim

As principais diferenças entre capitalismo e socialismo podem ser assim resumidas:

a) A propriedade privada

No capitalismo, a propriedade privada é inviolável, exceto em virtude da lei e somente em casos extremos, sem qualquer limitação para o seu acúmulo pelas pessoas.

O socialismo mal tolera a propriedade privada durante o interminável período de transição para o comunismo, momento em que — quando e se for atingido — ela deixará de existir.

Para o socialismo, a “justiça social” e o “bem coletivo” estão acima do direito à propriedade, que então pode ser violado ou relativizado, desde que em defesa do “bem comum”.

b) O papel do Estado na economia

O capitalismo e o socialismo têm posições radicalmente opostas quanto ao papel do Estado na econo-

ma. O capitalismo entende que o mercado deve se autorregular, com o mínimo de intervenção estatal. O Estado só deve intervir para corrigir eventuais distorções e impedir abusos.

Já o socialismo defende que o Estado deve ser o protagonista da economia, substituindo o mercado na produção e oferta de produtos, definição de salários e até mesmo das necessidades dos cidadãos e do que podem ou não consumir, em que quantidade e com que qualidade, como vimos.

Para os teóricos socialistas, o Estado é aquele que planeja a economia para que ela se desenvolva até um determinado objetivo, que é a abolição do próprio Estado e do mercado e a implementação do comunismo.

Referências Recomendadas

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. 3ª ed. Campus: Rio de Janeiro, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Hector Perez. *História Econômica da América Latina*. 3 ed. Graal: Rio de Janeiro, 1988.

FEIJÓ, Ricardo. *História do pensamento econômico*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FISHER, Stanley; STARTZ, Richard, DORNBUSCH, Rudiger. *Macroeconomia*. 10ª ed. Macgraw-Hill: Rio de Janeiro, 2009.

FRANCO JR., Hilário; CHACON, Paulo Pan. *História Econômica Geral*. Atlas: São Paulo, 1987.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1959.

GALBRAITH, John K.; SALINGER, Nicole. *A economia ao alcance de quase todos*. 33ª ed. Coleção Novos Umbrais, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

GIAMBIAGI, Fabio, et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Campus/Elsevier: Rio de Janeiro, 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. *Introdução à Economia*. Atlas: São Paulo, 2007.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. 14ª ed. Atlas: São Paulo, 1992.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 3ª ed. Rio

de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1976.

MELO FILHO, Murilo. *O Milagre Brasileiro*. 5ª ed. Bloch: Rio de Janeiro, 1972.

OSER, Jacob; BALNCHFIELD, William C. *História do Pensamento Econômico*. Atlas: São Paulo, 1983.

PINDYCK, Robert S. et al. *Microeconomia*. 7ª ed. Pearson: São Paulo, 2010.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 31ª ed. Brasiliense: São Paulo, 1985.

ROSSETTI, J. P. *Introdução à Economia*. 21ª ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A. *Economia*. 19ª ed. AMGH: Porto Alegre, 2012.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. 4ª ed. Record: Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 25ª ed. Record, Rio de Janeiro, 2015.

SINGER, P. *Aprender Economia*. Contexto: São Paulo, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Paz e Terra: Rio de Janeiro: 1988.

———. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo (1930-1964)*. 14ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2007.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Nova Cultural: São Paulo, 1996.

TIMM, Luciano Benetti (org.). *Direito e economia no Brasil*. 2ª ed. Atlas: São Paulo, 2014.

VICECONTI, Paulo e NEVES, Silvério das. *Introdução à Economia*. 11ª ed. Saraiva: São Paulo, 2013.

VV.AA. *O Livro Negro do Comunismo*. Bertrand Brasil: 22ª ed. São Paulo, 1999.

WESSELS, W. J. *Economia*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Atividades

1. (Toda Matéria - Adaptada):

“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que ele tem pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter” (Adam Smith, *A Riqueza das Nações*).

Segundo Adam Smith, a economia seria controlada pela:

- intervenção do Estado.
- mão invisível do mercado.
- autoridade do Estado.
- liberdade ilimitada dos cidadãos.
- autonomia dos poderes.

2. (Toda Matéria - Adaptada):

“O vício inerente ao capitalismo é o compartilhamento desigual de bênçãos. A virtude inerente ao socialismo é a partilha igual de misérias” (Winston Churchill).

Essa famosa frase de Winston Churchill, ex-primeiro-ministro britânico, faz uma crítica ao modelo socialista. Isso se dá porque para Churchill:

- a liberdade do mercado traz benefícios apesar das desigualdades, enquanto a socialização dos meios de produção gera um empobrecimento da sociedade.
- o capitalismo possui somente vícios e o socialismo apenas virtudes.
- o sistema capitalista é incapaz de controlar suas contradições e deve ser abolida a propriedade privada.
- o capitalismo é uma bênção a partir de seu compartilhamento de riquezas, enquanto o socialismo tende à miséria por não fortalecer o Estado.
- não existe qualquer relação entre os sistemas econômicos e a desigualdade social, pois a distribuição da riqueza é uma responsabilidade política.

3. O capitalismo, ao longo do tempo, atravessou diversas fases marcadas por:

I. Balança comercial favorável, surgimento e ascensão da burguesia.

II. Revolução no modo de produção e desenvolvimento do setor fabril.

III. Centralidade nos bancos e nas grandes corporações multinacionais.

Essas três fases representam, respectivamente, as características principais do:

- capitalismo financeiro, capitalismo industrial e capitalismo comercial.
- capitalismo comercial, capitalismo monopolista e capitalismo informacional.
- capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro.
- capitalismo financeiro, capitalismo informacional e capitalismo comercial.
- capitalismo informacional, capitalismo industrial e capitalismo comercial.

4. O liberalismo moderno é uma das principais tendências do capitalismo contemporâneo. De acordo com as características do liberalismo moderno, considere as afirmações abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F):

I. Privatização de empresas estatais.

II. Livre circulação de capitais internacionais.

III. Abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais.

IV. Forte intervenção do Estado na economia.

V. Adoção de medidas contra o protecionismo econômico.

Qual a alternativa correta?

- V, F, V, F, V.
- V, V, V, F, V.
- F, V, V, V, F.
- V, V, F, F, V.
- F, F, V, V, V.

Gabarito

Questão nº 1 (Toda Matéria - Adaptada)

Resposta Correta: B

Comentário: Para Adam Smith, as leis deveriam ser organizadas para preservar a liberdade dos cidadãos e permitir que os interesses de cada um fossem regulados de acordo com as leis da oferta e da demanda.

Para ele, o produtor possui o interesse de produzir cada vez mais e melhor, para obter mais lucro. Por outro lado, o consumidor possui o interesse de comprar um produto de melhor qualidade pelo menor preço possível.

A interação entre essas forças seria suficiente para atingir um equilíbrio benéfico para toda a sociedade. O interesse próprio, egoísta, característica natural dos seres humanos, seria canalizado para o bem social.

Esta “mão invisível” regula as essas relações econômicas e de trocas de mercadoria, expandindo-se para o contexto das relações políticas e sociais.

Questão nº 2

Resposta Correta: A

Comentário: Winston Churchill, ex-primeiro-ministro britânico, foi um político conservador adepto do liberalismo econômico. Para ele, o socialismo teria como fundamento a abolição da riqueza ao impedir o direito à propriedade privada dos meios de produção.

Esse processo teria como consequência o empobrecimento geral da sociedade socialista. Ao contrário, o capitalismo, garantindo o direito à propriedade, proporcionaria a produção de riqueza e a extinção gradativa da pobreza.

Questão nº 3 (Toda Matéria - Adaptada)

Resposta Correta: C

Comentário: O capitalismo possui, grosso modo, três grandes fases que definem o seu desenvolvimento:

1. O capitalismo comercial ou mercantilismo, também chamado de pré-capitalismo, era baseado na troca de mercadorias entre os países com o objetivo de exportar (vender) mais do que importar (comprar). Para isso, foram criadas barreiras alfandegárias para beneficiar a

produção interna. Esse também é o período da ascensão da burguesia.

2. O capitalismo industrial ou industrialismo surge a partir das revoluções industriais. Assim, os produtos manufaturados perdem força e os produtos industrializados, feitos em maior quantidade e em menos tempo transformam o modo de produção, a economia e a estrutura social.

3. O capitalismo financeiro ou monopolista se desenvolve a partir da Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, mantém-se a alta produção industrial, mas agora controlada por empresas multinacionais, corporações e os bancos, que assumem o monopólio das movimentações financeiras.

Questão nº 4 (Toda Matéria - Adaptada)

Resposta Correta: B

Comentário:

I. VERDADEIRA. O liberalismo moderno prega o Estado mínimo. Por isso, a administração das empresas deve ser uma tarefa do setor privado, com o mínimo possível ou ausência de intervenção do Estado.

II. VERDADEIRA. O fluxo de capital financeiro internacional é o que possibilita que os investimentos sejam realizados por todo o globo.

III. VERDADEIRA. A partir do processo de globalização a formação e instalação de empresas multinacionais visa permitir a maior eficiência da produção ao menor custo.

IV. FALSA. As políticas liberais rejeitam a intervenção do Estado na economia.

V. VERDADEIRA. Como forma de beneficiar a livre circulação de capital, o protecionismo econômico deve ser abolido e o mercado deve ser autorregulado.

NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL



Organização dos Estudos

Nesta aula trataremos do Neoliberalismo e da globalização, abordando também os efeitos provocados na sociedade brasileira.

Mais uma vez, é importante destacar que faremos uma abordagem resumida dos temas e, dessa forma, a nossa orientação é que consulte outras fontes confiáveis para o aprofundamento dos seus conhecimentos.

Objetivos de Aprendizagem

- Descrever algumas características do liberalismo moderno e da globalização, indicando os efeitos causados na sociedade brasileira.
- Aplicar os conceitos de liberalismo e globalização na interpretação das questões econômicas, políticas e sociais da sociedade brasileira.

Contextualização

Desde o século XVI a economia vem se tornando cada vez mais globalizada, com a evolução dos meios de comunicação e de transporte, das caravelas das Grandes Navegações até os negócios fechados em questão de segundos pela internet. Ao longo desses séculos, desde John Locke até Friedrich A. Hayek, entre outros pensadores, o estudo tanto da evolução da economia como sua teorização e sistematização também avançaram, e é uma noção desse avanço que veremos a partir de agora.

1. O Neoliberalismo

O neoliberalismo é uma atualização da doutrina filosófica e econômica do *Liberalismo*, teorizada a partir dos anos 1940 e aplicada a partir das décadas de 1970

e 1980 nos países mais desenvolvidos do capitalismo (Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, e, prematuramente, no Chile) e posteriormente em alguns países menos desenvolvidos, sobretudo na América Latina, em função de críticas ao modelo keynesiano, com sua excessiva interferência do Estado na economia. Tem como principais características a defesa de maior autonomia da sociedade diante dos setores político e econômico e a mínima intervenção estatal na economia.

Os principais expoentes do chamado liberalismo moderno são Milton Friedman (Escola de Chicago) e Friedrich A. Hayek (Escola Austríaca, fundada por Carl Menger e difundida por Ludwig Von Mises), ambos vencedores do Prêmio Nobel de Economia. A partir da década de 1940, esses economistas iniciaram suas pesquisas e retomaram os antigos ideais do liberalismo clássico, ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia através de sua retirada do mercado, que, em princípio, se autorregulamenta e regula as atividades dos agentes econômicos. A obra *O Caminho da Servidão* (1944), de Hayek, constitui o marco fundador do pensamento liberal moderno.

O Neoliberalismo teve um grande impulso a partir da década de 1970, quando as economias socialistas davam sinal da falência inevitável da planificação, e fortaleceu-se na década de 1990, após a queda do Muro de Berlim e de todos os governos socialistas no leste europeu e na União Soviética, com suas economias fortemente regulamentadas e planejadas pelo Estado. Nesse contexto, aconteceu na capital dos EUA o evento que ficou conhecido como o Consenso de Washington, como descreve o ex-embaixador Paulo Nogueira Batista:

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados FMI, Banco Mundial e BID — especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o tema *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington”.

Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciou uma oportu-

nidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabou por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais.

(BATISTA, Paulo Nogueira. *A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*).

Mas, afinal, o que prega o neoliberalismo? Basicamente, a mínima intervenção estatal na economia e a liberdade para ação dos agentes econômicos, o que é obtido por meio de diversas medidas, indicadas adiante:

- Mínima participação estatal nos rumos da economia.
- Pouca intervenção do governo no mercado de trabalho.
- Privatização das empresas estatais.
- Livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização.
- Abertura da economia para a entrada de multinacionais.
- Adoção de medidas contra o protecionismo econômico.
- Desburocratização do Estado: legislação e regulamentação da economia simplificadas para estimular o empreendedorismo.
- Diminuição do tamanho do Estado e aumento de sua eficiência.
- Redução de impostos e tributos.
- Aumento da produção, como condição para atingir o desenvolvimento econômico.
- Rejeição ao controle de preços dos bens e serviços por parte do estado, ou seja, a lei da oferta e demanda seria suficiente para regular os preços.
- Entendimento de que a base da economia deve ser formada por empresas privadas.
- Defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

No Brasil, o início do neoliberalismo ocorreu durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando houve desregulamentação na economia, maior abertura ao comércio exterior, extinção de diversos incentivos fiscais e privatização de diversas empresas estatais —

tais como Usiminas (1991), Companhia Siderúrgica Nacional (1993), Embraer (1994), Vale do Rio Doce (1997) e Telebrás (1998), entre outras. Este processo foi interrompido nos governos de inspiração estatizante de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro governo Dilma Rouseff (2011-2014), nos quais uma das prioridades foi reforçar o papel das empresas ainda controladas pelo Estado, como a Petrobrás e a Eletrobrás, embora tenha havido concessões de serviços públicos, tais como rodovias, distribuição de energia e outros à iniciativa privada, que foram indutoras de crescimento econômico, embora com turbulência política e econômica, com graves desdobramentos causados por corrupção e ineficácia, pelos quais a sociedade brasileira paga até hoje. Nos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), iniciaram-se novos movimentos de tendências liberais.

Reflexões



NEO
LIBERALISMO

“O QUE É?”

O Que é Neoliberalismo / Teoria Novo-Clássica
Econômica



Neoliberalismo

Neoliberalismo / Quer que Desenhe / Mapa Mental /
Descomplica

2. Globalização

O termo *globalização* refere-se à intensificação das relações econômicas entre todas as regiões e quase todos os países do globo, com todas as consequências decorrentes do incremento de tais relações, como trânsito cultural, migrações e o entrelaçamento político. Este processo não é novo, e diversos autores apontam momentos históricos em que houve grande circulação de bens, pessoas e cultura entre regiões distantes — embora nem sempre estes complexos econômicos envolvessem todas as regiões do mundo, ou sequer a maioria dos seus habitantes.

O Império Romano, por exemplo, estabeleceu um grande espaço de trocas comerciais e culturais que no século I expandia-se por quase toda a Europa, o norte da África e partes da Ásia (Síria e Palestina) — mas deixava de fora praticamente toda a Ásia, além das Américas (que não eram conhecidas pelos romanos). Posteriormente, entre os séculos VII e XV, a expansão árabe conectou econômica e culturalmente uma região que se expandia do oceano Atlântico ao rio Indo, também deixando de fora grandes áreas e populações. A partir do século XV, Portugal e Espanha inicialmente, e França e Inglaterra posteriormente, finalmente conectaram todos os continentes, integrando a América ao mercado mundial.

A característica comum a estas épocas e povos distintos é que as trocas comerciais envolvendo regiões distantes ocorriam porque, apesar dos maiores riscos envolvidos (e justamente em função disso), propiciavam lucros imensos. Por outro lado, extensos contingentes populacionais ainda não estavam integrados a esta economia transcontinental ou mundial, o que só veio a ocorrer de maneira mais contundente no último período de globalização.

Esse fenômeno ganhou espaço a partir da década de 1980 e principalmente nos anos 1990, após a fragmentação da URSS e o fim da economia socialista no Leste europeu, com a integração destes mercados ao capitalismo mundial — juntamente com a progressiva integração da China, que lentamente foi adotando mecanismos de mercado. Este movimento foi favorecido também pelo “encurtamento das distâncias” devido à melhoria dos transportes e das comunicações, e ao “apagamento das fronteiras” devido ao processo de avanço do liberalismo moderno e da ampliação da

atuação das empresas transnacionais, impondo padrões de consumo globais.

Faz parte desse cenário o crescimento e diversificação sem precedentes dos processos a distância, tais como compras, vendas, operações financeiras, educação e saúde, com a informatização e automatização em pelo menos algum grau de todos os setores da atividade econômica — o que é movido nem sempre por razões de conforto para os trabalhadores ou consumidores, porém por redução de custos. Porém, juntamente aos aspectos claramente positivos — como o acesso da população a produtos de consumo mundiais —, a busca por incentivos e isenções fiscais, especialmente nas zonas francas, e legislações trabalhistas mais flexíveis passaram a ser motivo de competição entre os países, e até às vezes internamente, refletindo na formulação de políticas fiscais com eventuais desigualdades regionais.

Nesse contexto de mercado global, novos modelos de negócios e de trabalho surgem com força total, com terceirização de mão de obra e contratos de trabalho temporários, bem como a exigência de novas competências a serem desenvolvidas e dominadas pelos trabalhadores. São notórios ainda o crescimento exponencial dos mercados financeiros e a integração das cadeias produtivas entre diversas regiões do mundo.

O vídeo a seguir exemplifica a integração das cadeias produtivas mundiais. O processo relatado replica-se em muitos outros produtos, sobretudo os mais complexos, como eletrônicos e automóveis.



As faces mais visíveis da globalização são as áreas tecnológica e cultural, especialmente após a popularização da Internet. A partir da rede mundial de computadores, a facilidade nas comunicações tornou

possível o acesso a quase tudo, e em tempo real. Educação, saúde, transporte, cultura, comércio, atividades políticas e tantas outras passaram a estar conosco literalmente na palma da mão. Barreiras geográficas foram derrubadas, bem como as linguísticas, religiosas e culturais. Surgem ou disparam na percepção do consumidor o telefone celular, os serviços de streaming, o delivery de fast-food, as redes sociais e uma enorme diversidade na oferta de bens e serviços.

Vários estudos apontam para a melhoria em geral das condições de vida em consequência da globalização e para o paradoxo de problemas decorrentes dessas melhorias. Por exemplo, uma das consequências da elevação média da qualidade de vida das populações é o seu prolongamento, o que, por sua vez, pressiona os sistemas previdenciários dos países. Por outro lado, países que não se beneficiaram com a globalização estão diante de fortes movimentos migratórios, como em vários casos da América Latina, do Oriente Médio e da África. Outros eventos recentes — como o destino da Comunidade Europeia e as restrições causadas pela pandemia da Covid-19 — mostram que a globalização está muito longe de ser uma etapa consolidada da história, e mais ainda de ser entendida em sua complexidade por aqueles que a estão vivendo neste momento.

Enfim

Vimos nesta aula que o neoliberalismo é uma doutrina filosófica e econômica que tem como principais características a defesa de maior autonomia da sociedade diante dos setores político e econômico e a mínima intervenção estatal na economia. Essa doutrina passou a ser teorizada por economistas europeus e norte-americanos após a segunda guerra, sendo aplicada a partir da década de 1970 em países mais desenvolvidos (e no Chile) e a partir da década de 1980 e 1990 em países menos desenvolvidos, como o Brasil.

Vinculada à ampliação da abrangência do neoliberalismo encontra-se a globalização, processo de intensificação das relações econômicas, sociais e culturais entre países de todas as regiões do mundo.

Referências Recomendadas

BATISTA, Paulo Nogueira. “A visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. In: BATISTA, P. N. et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Paz e Terra: São Paulo, 2ª ed. 1995.

FEIJÓ, Ricardo. *História do Pensamento Econômico*. Atlas: São Paulo, 2001.

GALBRAITH John K. *A economia ao alcance de todos*. Livraria Pioneira Editora, Coleção Novos Umbrais: São Paulo, 3ª ed. 1985.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. *Manual de Economia*. Saraiva: São Paulo, 5ª ed. 2006.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Campus: Rio de Janeiro, 1981.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1978.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. Atlas: São Paulo, 20ª ed. 1997.

SINGER, Paul. *Aprender Economia*. Brasiliense: São Paulo, 16ª ed. 1994.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações - Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Ed. Nova Cultural: São Paulo, 1996.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. *Economia: Micro e Macro*. Atlas: São Paulo, 4ª ed. 2006.

Atividades

1. Marque as alternativas verdadeiras: o neoliberalismo é uma doutrina econômica e social inspirada no liberalismo clássico e em clara oposição ao keynesianismo, que propõe, entre outras medidas:

I. a atuação do Estado como mediador das relações capital-trabalho por meio de sindicatos fortes.

II. o desenvolvimento de uma política de concessão e privatização de serviços e empresas públicas para reduzir o papel do Estado na economia.

III. a diminuição do papel dos sindicatos e a redução dos direitos trabalhistas.

IV. o enfraquecimento das fronteiras para favorecer a circulação de mercadorias e capitais entre países.

2. São características da globalização:

a. A formação de blocos econômicos, a integração dos mercados e o avanço do capital financeiro.

b. A adoção das tecnologias de automação e comunicação para a reorganização da produção, a restrição dos mercados e o aumento dos fluxos financeiros internacionais.

c. O estabelecimento de extensas redes comerciais, com valorização do capital mercantil e o aumento do controle estatal na economia.

d. A adoção de políticas neoliberais, a desregulamentação da economia e diminuição dos índices de robotização na indústria.

e. O desenvolvimento tecnológico promovendo a ampliação de políticas sociais e direitos trabalhistas.

Gabarito

Questão nº 1 (Fonte: exercicios.brasilecola.uol.com.br)

Respostas Corretas: Apenas II, III e IV.

Comentário: A afirmativa I é a única incorreta, pois o neoliberalismo não defende a atuação do Estado com mediador das relações capital-trabalho, nem a presença de sindicatos fortes – pelo contrário, como indicado na afirmativa III, defende a diminuição do papel dos sindicatos e a redução dos direitos trabalhistas.

Questão nº 2 (Fonte: passeidireto.com.br)

Resposta Correta: A

Comentário: NÃO são características da globalização: a restrição dos mercados; a valorização do capital mercantil; o aumento do controle estatal na economia; a diminuição dos índices de robotização na indústria; a promoção de políticas sociais e direitos trabalhistas.

POLÍTICA, ECONOMIA E DIREITO



Organização dos Estudos

Aqui apresentamos um panorama das ideias e escolas econômicas desde o início da sociedade moderna, discutimos alguns conceitos essenciais para a compreensão dessa ciência, e indicamos os rumos do debate atual sobre a relação entre Estado, economia e sociedade, fazendo uma rápida recapitulação dos conceitos estudados.

Objetivos de Aprendizagem

- Explicar as implicações de políticas governamentais de natureza econômica relativas ao período estudado.
- Refletir sobre a relação entre política, economia e governo a partir dos principais conceitos e escolas estudados.

Contextualização

A pandemia da Covid-19 obrigou os governos de todo o mundo a intervir fortemente na economia, de maneira a garantir a sobrevivência de parte de sua população, afetada pela queda na renda. E isto ocorreu inclusive nos países de forte tradição liberal, como os principais países europeus (França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha), os Estados Unidos e a América Latina, esta sob influência direta dos demais — que vêm sendo os mais afetados pela doença.

Veja na reportagem a seguir como se deu esse processo de maior presença do Estado na economia, com distribuição de renda aos mais vulneráveis – e repare que os países que mais vêm investindo são justamente aqueles de forte tradição liberal e com políticas liberais adotadas nas últimas décadas.

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-cinco-paises-do-g20-que-mais-estao-gastando-na-pandemia/>

1. Política, Economia e Direito

Como vimos, nas economias de mercado o Estado comporta-se de forma dinâmica, atuando às vezes de forma intervencionista, às vezes favorecendo a liberdade de iniciativa. Ao analisarmos as implicações das políticas governamentais na esfera econômica e refletirmos sobre seu papel, devemos levar em consideração as divergências entre os diversos atores políticos e os agentes econômicos.

Vimos também que a Economia e o Direito influenciam-se reciprocamente, sendo esta influência mediada pelo Estado. Então, concluímos que a economia é uma constante na vida dos operadores do direito, mesmo que estes nem sempre o percebam.

Conhecendo os principais conceitos de economia e as escolas do pensamento econômico, observamos a estreita relação entre os aspectos legais da regulação e a intervenção do Estado na economia, bem como a interpretação jurídica de fenômenos econômicos decorrentes da ação do Estado. Os desdobramentos dessas ações, com consequências para toda a sociedade, é objeto de permanente atenção dos operadores do direito, seja qual for a sua área de atuação.

Assim, o conjunto de conceitos que constituem para o estudante de direito as referências essenciais para o entendimento do noticiário econômico cotidiano pode ser assim articulado:

Microeconomia: demanda, oferta, monopólio, oligopólio, concorrência perfeita e imperfeita, *coeteris paribus*, utilidade, escolha, indiferença, mercado, bens e serviços, teoria da firma, regulação, externalidades, eficiência de Pareto e outros.

Macroeconomia: agregados econômicos como PIB, PNB, inflação, câmbio, renda nacional, poupança, investimentos, fatores de produção, contas nacionais, teoria monetária, IPCA, INPC e outros.

Globalização e na teoria do comércio exterior: a natureza das trocas entre os países ao longo da história, a produção em escala e as especializações das economias, paridade no poder de compra, regimes cambiais e taxas de câmbio nominal e real, a atuação dos bancos centrais, a crise de 2008 e suas consequências até os dias de hoje.

Governo e economia: o papel do governo, política fiscal, tributos, propriedade, riscos, taxa Selic, política monetária seja esta, expansionista ou contractionista e outros.

A partir daí nos aproximamos das escolas de pensamento econômico com mais propriedade. Então vimos os pensamentos mercantilista, fisiocrata, liberal e sua releitura moderna; e ainda o pensamento socialista, oposto às ideias anteriores, privilegiando o protagonismo do Estado na economia e em todos os demais aspectos da vida social e pessoal.

A definição do papel e a atuação do Estado na área econômica é sempre fonte de muitas e intensas controvérsias entre os agentes econômicos e os atores políticos. Há quem defenda o investimento público em infraestrutura como fator de alavancagem da atividade econômica, enquanto outros entendem que a intervenção estatal inibe a livre iniciativa. Posições que podem ser descritas como intermediárias, mas com nítida inclinação para o socialismo, defendem a presença do Estado nos setores da economia considerados como “estratégicos”, e ainda na definição das regras para a competição no mercado e em áreas como educação e saúde.

O importante aqui, para o estudante de Direito, é entender as implicações e consequências das ações do governo na economia, especialmente quanto aos aspectos regulatórios e às políticas fiscal e monetária.

2. Teorias e Escolas Econômicas

No Mercantilismo, a política econômica dos Estados nacionais modernos, absolutistas ou não, era caracterizada pela forte intervenção do Estado na economia. Estas práticas intervencionistas visavam o fortalecimento e o enriquecimento do Estado, e apoiavam-se em cinco bases: metalismo, protecionismo, balança comercial favorável, monopólios e exploração colonial, com suas consequências até os dias de hoje em várias economias, inclusive a do Brasil, com práticas como o “capitalismo de compadrio”.

Na Fisiocracia conhecemos as origens do pensamento liberal, ainda com atribuição de grande valor à terra. A principal característica das ideias econômicas dos fisiocratas é o respeito às leis naturais que regulam a economia, sendo contrários a qualquer tipo de intervenção estatal.

O Liberalismo surgiu no século XVIII, não apenas contestando os estados absolutistas e as práticas mercantilistas, mas também com ideias revolucionárias também na política e na economia, defendendo o indivíduo contra qualquer pretensão autoritária ou coletivista. Seu precursor foi John Locke.

A chamada Escola Clássica do pensamento econômico surge com a publicação da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776, que muitos consideram como o nascimento da economia como ciência. A Escola Clássica divide-se de forma bastante nítida entre o pensamento liberal de Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mills, de um lado, e, em completa oposição, as ideias de Karl Marx, para quem a economia de mercado é essencialmente exploradora e desigual, estruturalmente instável e geradora de problemas de concentração de renda e desemprego, o que o leva a defender a estatização dos meios de produção e a implantação do socialismo, com a concentração absoluta de todos os poderes nas mãos do Estado, sem qualquer meio de controle, oposição ou crítica por parte da sociedade e dos indivíduos.

3. Debate Sobre o Papel do Estado

O sistema econômico que há séculos vem predominando em todo o planeta é a economia de mercado, influenciando a sociedade, a cultura, os padrões de comportamento, o lazer e as noções de satisfação pessoal. Ao longo do tempo, entretanto, surgiram tendências diversas dentro do sistema, que se distinguem sobretudo pela discussão papel do Estado na economia e a amplitude e profundidade da redistribuição de riquezas que este possa promover. De um lado vemos regimes liberais defendendo a diminuição do tamanho do Estado e sua atuação apenas na manutenção dos sistemas essenciais ao funcionamento do mercado; de outro, há os sistemas mistos ou de bem-estar social, com maior ou menor inclinação para o socialismo, em que o Estado tem um papel mais significativo na organização do mercado e na redistribuição da riqueza.

Vimos que o liberalismo é uma doutrina que defende a maior autonomia dos indivíduos e da sociedade diante dos setores político e econômico, e a menor intervenção estatal possível na economia, tendo sido

formulada por economistas europeus e norte-americanos após a II Guerra Mundial e aplicada a partir da década de 1970 em países mais desenvolvidos (e no Chile), e a partir das décadas de 1980 e 1990 em países menos desenvolvidos — como o Brasil, que conheceu períodos nos anos 1990-2002 e novamente em 2019-2022, intercalados entre governos de inspiração socialista.

Associado à ampliação da área de abrangência do liberalismo encontra-se o fenômeno da globalização, com profunda intensificação das relações econômicas, sociais e culturais entre países de todas as regiões do mundo.

SINGER, Paul. *Aprender Economia*. 16ª ed. Brasiliense: São Paulo, 1994.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações - Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Nova Cultural: São Paulo, 1996.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. *Economia: micro e macro*. 4ª ed. Atlas: São Paulo, 2006.

WESSELS, Walter. *Economia*. Saraiva: São Paulo, 1998.

Enfim

Encerramos assim esse panorama das ideias e práticas econômicas. Procure aprofundar seu conhecimento sobre esses conceitos, que ainda por muito tempo influenciarão as políticas públicas e o rumo das sociedades, empresas e indivíduos — como evidencia, por exemplo, o debate atual sobre a manutenção do auxílio emergencial do Estado a cidadãos e empresas prejudicados pela pandemia de Covid-19.

Referências Recomendadas

FEIJÓ, Ricardo. *História do Pensamento Econômico*. Atlas: São Paulo, 2001.

GALBRAITH, John K. *A economia ao alcance de todos*. 3ª ed. Livraria Pioneira Editora - Coleção Novos Ubrais: São Paulo, 1985.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* *Manual de Economia*. 5ª ed. Saraiva: São Paulo, 2006.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Campus: Rio de Janeiro, 1981.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1978.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. 20ª ed. Atlas: São Paulo, 1997.

Posfácio

Entre 2019, o Curso de Graduação em Direito do Unifeso passou por uma reformulação, com implementação de uma nova matriz curricular, a partir das mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais da área. Assim, dentro as mudanças introduzidas pela nova matriz curricular, destaca-se a transformação da antiga disciplina de “Economia Política” em “Introdução à Economia e Economia Política”, ampliando seu escopo. Com isso, temas como Teoria Econômica, Microeconomia e Macroeconomia foram efetivamente incorporados ao curso de Direito, promovendo uma interlocução entre o Direito e as ciências econômicas. Na medida em que a nova matriz curricular (2019) estava sendo implementada, foi feito o convite ao Prof. Secchin para que assumisse a 1ª turma após a reestruturação curricular, o que foi prontamente aceito. Não há como deixar de destacar que em 2020 atravessávamos um período complexo e incerto, provocado pela pandemia de Covid-19, que impactou em diversas áreas, dentre elas a Educação. Com brilhantismo e profissionalismo, o Prof. Secchin aceitou o convite e conduziu a implementação da nova disciplina, incluindo a produção de material didático, que foi a base desta obra. Abordar o tema “Economia” com os estudantes de Direito não é tarefa fácil. Contribuir com essa obra é uma honra, pois, além da sua qualidade, ela marcou uma época com relevantes transformações em nosso Curso de Direito do Unifeso e o Prof. Secchin, sem dúvidas, enriqueceu este momento.

Prof. Dr. Lucas Baffi
Coordenador do curso de Direito – Unifeso

ABRIL DE 2024

JUCIMAR ANDRÉ SECCHIN, possui Mestrado em Economia e Gestão Empresarial pela Universidade Cândido Mendes, Especialização em Administração de Recursos Humanos Feap/Feso e Graduação em Administração pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos-Unifeso. Atualmente é Coordenador Acadêmico nos Cursos de Administração e de Ciências Contábeis e Coordenador de Pós Graduação e de Pesquisa do Unifeso. É professor nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito do UNIFESO, onde tem vida acadêmica há 33 anos. Conselheiro e Diretor de Educação, Estudos e Pesquisas no Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro - CRA-RJ, Conselheiro no Conselho Municipal de Educação - CME e Conselheiro no - Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda de Teresópolis - Comuter. Tem longa experiência na vida executiva nas áreas de Administração de recursos humanos, materiais e financeiros na indústria da construção civil e na indústria moveleira.



O Professor Adm Jucimar Secchin coloca no presente trabalho toda a sua habilidade de transitar nas diversas áreas com competência e harmonia. Isso só ocorre com aqueles que sempre buscam estar além dos comuns. Ele demonstra uma grande facilidade, habilidade, de ser um facilitador que sabe se colocar no lugar do alunado.

No presente trabalho ele auxilia você, que está na busca de saber mais e melhor, a encontrar atração, para se superar, por esse que vem a ser, para muitos, um terreno de difícil transposição. Você transitará pelo Direito e pela Economia, passando pela Administração tudo isso de forma suave. Deixo aqui meu orgulho por ter tido a oportunidade de receber um banho cultural da lavra desse competente mestre. Tenho absoluta certeza, esse será o sentimento que nos unirá neste livro.

Nas palavras do Rei Salomão:

“O temor do Senhor é o princípio do conhecimento, mas os insensatos desprezam a sabedoria e a disciplina.”

Adm/Adv Francisco de Jesus
Presidente da Academia Brasileira de Ciências
Econômicas, Políticas e Sociais - ANE



Série: Materiais Didáticos